

CADERNOS OBHA

Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares - Ano 1, Edição 2 | Outubro de 2020

O QUE COMEMORAR NO DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DE 2020?



Cardernos OBHA
volume 2 | outubro de 2020
Revista Trimestral

Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares
Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura (Palin)

Organização e Edição
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell

Direção de arte, Capa e Diagramação
Fábio Lucas Vieira

Revisão
Karina Fernandes dos Santos

Equipe Editorial
Juliana Ubarana
Danielle Cabrini
Cássia Pereira das Chagas

Conselho Editorial
Denise de Oliveira e Silva - Coordenadora do Conselho Editorial
Ana Maria Segal Correa - Pesquisadora Associada ao Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura da Fiocruz Brasília
Celina Roitman - Assessora Técnica da Direção da Fiocruz Brasília
Janine Helfst Leicht Collaço - Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás
Jorge Mesquita Huet Machado - Coordenador do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho da Fiocruz Brasília
José Paranaguá de Santana - Núcleo de Estudos de Bioética e Diplomacia em Saúde da Fiocruz Brasília
Luciana Sepúlveda Köuptche - Coordenadora do Programa de Educação, Saúde e Cultura da Fiocruz Brasília
Maria do Carmo Freitas - Pesquisadora Associada do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia
Renata Menasche - Professora do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas
Tatiana Oliveira Novais - Pesquisadora do Colaborato Ciência, Tecnologia e Sociedade da Fiocruz Brasília
Wagner de Jesus Martins - Coordenador do Colaborato Ciência, Tecnologia e Sociedade da Fiocruz Brasília

Contato
www.obha.fiocruz.br | obha@fiocruz.br | facebook.com/obha.fiocruz

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da instituição

Copyright © OBHA 2020

Fundação Oswaldo Cruz
Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A
CEP: 70.904-130 - Brasília - DF



S U M Á R I O

6

Reflexões sobre o sistema alimentar de três países da América Latina e seu impacto na saúde e nutrição

14

Pandemia e Segurança Alimentar: entrevista com Renato Maluf

16

Redes alimentares alternativas, circuitos curtos, agroecologia e produção orgânica no Brasil

23

Sistemas Alimentares Resilientes para um Mundo em Transformação

30

Maria Emília Lisboa Pacheco fala sobre o tema do Dia Mundial da Alimentação 2020, " Cultivar, nutrir, preservar. Juntos.", diante do contexto brasileiro de pandemia

35

A insegurança alimentar e fome no Brasil: para além dos dados da POF 2018

40

Alimentação Saudável e Sustentável e sua relação com a produção de alimentos

46

Contribuição de Josué de Castro para uma estratégia coletiva de enfrentamento da Fome e a Desnutrição no Brasil e no mundo

52

A agroecologia como caminho para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis

60

Melhor forma

EDITORIAL

Os Cadernos do OBHA lançam sua segunda edição na perspectiva sobre **O que podemos comemorar no Dia Mundial da Alimentação de 2020?**, em meio a Pandemia COVID-19 e as avaliações dos avanços e aprendizados em torno da problemática alimentar e nutricional pelo reconhecimento do aumento da insegurança alimentar e da Fome no país.

Frente a tantos desafios, a comemoração da data de criação da FAO (Food and Agriculture Organization), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura em 16 de outubro de 1945 no Canadá, que a partir de 1981, passa a ser celebrado como dia de mundial da alimentação, revela a necessidade de reflexão dos avanços e aprendizados sobre a importância de instâncias governamentais e não governamentais que se dedicam a ações que contribuam para a melhoria das condições de alimentação e nutrição no mundo.

O tema de comemoração deste ano **Cultivar, Alimentar, Preservar. Juntos. As nossas ações são nosso futuro**, orientou a construção dos textos, entrevistas e expressões de arte, história e cultura, publicados nesta edição. O material publicado busca compartilhar olhares e reflexões sobre o legado da experiência brasileira bem sucedida no desenvolvimento de programas e políticas públicas em segurança alimentar e nutricional (SAN).

Celebrar as duras conquistas que tivemos em contextos políticos e de crise mundial adversos está apresentado pelas autoras e autores que participam desta edição. São lembradas as experiências de lutas de saudosos líderes como Josué de Castro e Betinho, como incentivo para a superação dos desafios deste momento que traz a dissolução da governança nas esferas de governo em relação às ações de SAN no país.

Os processos políticos enfrentados atualmente são destacados para lembrar que foi pelas ações conjuntas, “juntos”, que conseguimos, cultivar, alimentar e preservar tantos programas e ações, que hoje, estão ameaçados em sua implementação no Brasil.

O legado de luta, pela emergência da Fome é lembrado em vários textos que tratam da experiência em SAN na América Latina e no Brasil quando comparados entre si e apontam para a necessidade de sua manutenção e cultivo. Para alimentar a esperança de que a preservação é um processo que vivemos em comunhão de ideias e atos.

A lembrança de ações do movimento social que neste momento de pandemia ocupa espaços importantes de solidariedade, outrora de participação do Estado brasileiro também, lembram que conseguimos retirar o país do Mapa da Fome e criar programas e políticas públicas que foram e são referências para o mundo.

Os dados atuais apresentados mostram que o percurso para enfrentar a fome ainda é desafiador e levam a reflexão sobre como avançar na transição de um sistema alimentar que possibilite garantir segurança alimentar e nutricional para todos, com sustentabilidade ambiental e justiça social.

É um momento de viver o presente como promessa para o futuro. Viver este momento, este dia, é estar aberto a experimentar a comunhão como o único ato possível de superação dos desafios da alimentação humana colocados para nós brasileiras e brasileiras e para o mundo. Como ato de resistência para avançar na cultura da Paz, da qual sabemos que a alimentação e a nutrição humana é a marca indelével para o desenvolvimento de sistemas e ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis para o nosso Planeta.

Vamos celebrar o Dia Mundial da Alimentação 2020

Cultivar, Alimentar, Preservar. Juntos.

As nossas ações são nosso futuro!

Denise Oliveira e Silva

Erica Ell





REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA ALIMENTAR DE TRÊS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E SEU IMPACTO NA SAÚDE E NUTRIÇÃO

Adriana Marcela Ruiz Pineda e Thalita Milena Amorim

Universidade Federal de Pernambuco

Verónica Hidalgo Villarreal

Instituto Aggeu Magalhães

Lina Lay Mendivil

Universidad Tecnológica de Panamá

Juliana Souza Oliveira e Nathália Paula de Souza

Universidade Federal de Pernambuco

Nos últimos vinte e cinco anos, a América Latina passou por mudanças significativas alcançando a meta ambiciosa de reduzir pela metade o número total de pessoas que sofriam de fome e diminuir a desnutrição crônica em crianças, conforme acordado na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996. Ao mesmo tempo, a região vem registrando um aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias, principalmente entre os adultos, com impactos significativos na qualidade de vida e na saúde da população (FAO, 2017). A coexistência de fome e desnutrição com

outras formas de má nutrição tem despertado a atenção de especialistas no sentido de compreender o sistema alimentar, estimular práticas alternativas e sustentáveis, além de proteger ecossistemas e garantir a sobrevivência da espécie humana.

Em mais uma tentativa de refletir sobre os complexos sistemas de produção de alimentos, este documento busca descrever algumas características do sistema alimentar e refletir sobre seu impacto na saúde e nutrição da população de três países: Brasil, Colômbia e Panamá.

Pretendemos centrar esforços na compreensão de elementos como o acesso físico e econômico, a promoção e publicidade, além da qualidade e segurança dos alimentos, categorias que caracterizam os diversos ambientes alimentares. Esses podem ser considerados espaços de interação dos consumidores com o sistema alimentar, gerando potencial influência nos padrões dietéticos de povos e comunidades.

Os países selecionados para esta reflexão estão destacados no mapa ao lado. O Brasil possui uma extensão territorial de 8.515.692,27km² e conta com biomas importantes como a Amazônia e o cerrado, além de fazer fronteira com a Colômbia. Essa possui uma extensão de 1.141.748 km², é marcada pela Cordilheira dos Andes e compartilha da floresta amazônica, além de fazer fronteira, ao norte, com o Panamá.

Esse, por sua vez, possui 75.420 km² de extensão e se localiza estrategicamente entre os oceanos Atlântico e Pacífico, além de ser o elo de ligação entre a América do Sul e a América Central. Além dessas características territoriais, outra justificativa para a escolha desses países refere-se a redução significativa da pobreza e da fome, enquanto consequência de políticas redistributivas. Os três países também apresentam mudanças marcantes na produção de alimentos e aumento da insegurança alimentar.



O comprometimento do acesso ao alimento e a insegurança alimentar

A produção agrícola tem papel importante no desenvolvimento econômico e social dos países em questão. O Brasil, por exemplo, se tornou autossuficiente na produção dos alimentos para suas populações, visto que, nos últimos quinze anos criou e fortaleceu políticas públicas de incentivo e de financiamento da agricultura nacional. No entanto, essas políticas têm sofrido desmontes importantes nos últimos anos.

Na Colômbia, a política agrícola é especializada na produção de certos produtos agrícolas com fins de exportação, enquanto que o Panamá dedicou-se à economia dos serviços, com vistas a fortalecer seu comércio internacional. Essas decisões políticas levaram ambos os países a depender das importações para satisfazer às necessidades alimentares de suas populações.

A disponibilidade de alimentos saudáveis e seguros nestes países pode apresentar irregu-

laridades devido a dificuldades específicas como o transporte, no caso do Brasil, em virtude das longas distâncias entre produção e consumo, ou mesmo pelas condições desfavoráveis das estradas, no caso da Colômbia e Panamá, comprometendo especialmente às populações mais distantes das capitais. Além de estarem disponíveis no lugar onde as pessoas moram, esses alimentos devem ter preços acessíveis, a fim de garantir os meios justos e igualitários de aquisição. Vale lembrar que o acesso econômico a esses alimentos tem condicionantes estruturais como educação,

emprego e controle dos preços, geralmente submetidos às leis de mercado (HLPE, 2017).

Por outro lado, o aumento no nível de processamento dos alimentos, contando com a adição de conservantes, acidulantes, flavorizantes e outras substâncias químicas, também prolongou o tempo de prateleira desses produtos e os permitiu percorrer longas distâncias. A autora e jornalista Esther Vivas os denomina “alimentos viajantes”, tendo em vista o longo percurso que podem fazer entre o lugar de produção até o local onde serão consumidos. Além disso, políticas de incentivo fiscal, flexibilização das leis ambientais e trabalhistas ao longo da cadeia de produção e distribuição podem tornar o preço final desses produtos mais competitivo, quando comparado aos alimentos regionais e tradicionais. Assim, além da desvalorização da produção local e consciente, que compromete a cultura gastronômica regional, a subsistência e a fonte de renda dos agricultores familiares, esse circuito também compromete a saúde dos consumidores, em virtude da composição nutricional desfavorável desses novos produtos (ESTEVE, 2017).

Tanto no Brasil, como na Colômbia e Panamá, as pessoas mais pobres têm acesso limitado aos alimentos, enquanto as pessoas com maior poder aquisitivo podem adquirir uma maior variedade de grupos de alimentos. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) brasileira, o consumo de alimentos ultraprocessados é duas vezes maior no quintil de renda mais elevado quando comparado com o mais baixo. Por outro lado, os estratos mais pobres e aqueles que vi-

res, em virtude da composição nutricional desfavorável desses novos produtos (ESTEVE, 2017).

Tanto no Brasil, como na Colômbia e Panamá, as pessoas mais pobres têm acesso limitado aos alimentos, enquanto as pessoas com maior poder aquisitivo podem adquirir uma maior variedade de grupos de alimentos. Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) brasileira, o consumo de alimentos ultraprocessados é duas vezes maior no quintil de renda mais elevado quando comparado com o mais baixo. Por outro lado, os estratos mais pobres e aqueles que vi-

vem na zona rural mantêm mais presentes elementos tradicionais da cultura alimentar na sua dieta, como feijão, arroz e farinha de mandioca (BRASIL, 2020a). Uma dieta saudável, rica em frutas e verduras, pode ser até cinco vezes mais cara que uma dieta que atenda apenas às necessidades básicas de energia (FAO et al., 2020).

No Brasil, 17,5% do orçamento familiar é gasto com a alimentação, sendo esse percentual maior nas famílias da zona rural (23,8%) quando comparado à urbana (16,9%). Dessas despesas, 32,8% é gasto na alimentação fora do domicílio (BRASIL, 2019). Na Colômbia, a POF de 2016 mostrou que, em média, os domicílios do país gastaram 100 dólares por mês em alimentos. No entanto, dada a diferença de renda entre eles, esse valor representava 31% do orçamento das famílias rurais e 14% das despesas de famílias urbanas (COLOMBIA, 2018). No Panamá, no ano 2019, as famílias das regiões mais urbanizadas e desenvolvidas tinham uma cesta de alimentos composta por 59 alimentos com um valor de 308 dólares/mês e as regiões rurais e menos desenvolvidas tinham uma cesta composta por 50 alimentos com valor de 287 dólares/mês (PANAMÁ, 2019).

A dificuldade no acesso ao alimento seguro, de qualidade e em quantidade adequada, seja por limitações físicas ou econômicas, pode contribuir para agravar a situação de insegurança alimentar e nutricional. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2013, no Brasil, apontou que 22,6% da população se encontrava em algum grau de insegurança alimentar, o que significa que essas famílias tiveram alguma preocupação quanto a possibilidade da falta de alimentos e recursos para aquisição dos mesmos. Desse contingente, 3,2% apresentavam insegurança alimentar grave, ou seja, estavam em situação de fome (BRASIL, 2014).

Na Colômbia, a Pesquisa Nacional sobre a Situação Nutricional de 2015 mostrou que 54,7% das famílias colombianas estavam em condição de insegurança alimentar e várias regiões do

país apresentaram prevalências acima da média nacional, refletindo a desigualdade interna no acesso ao alimento. As famílias em situação de vulnerabilidade, como aquelas com baixo nível socioeconômico, baixa escolaridade do chefe da família, chefiadas por mulheres, entre outros, apresentaram maior prevalência de insegurança alimentar (COLOMBIA, 2018).

No momento da redação deste artigo, nenhuma estatística de insegurança alimentar foi obtida no Panamá. No entanto, em 2018, foram publicados os dados do índice de pobreza multidimensional para crianças e adolescentes, que mostra que um terço da população do país tem menos de 18 anos de idade e destes, 32,8% estão vivendo em condição de pobreza. A pobreza multidimensional nos povos indígenas excede 3,3 vezes a média do país, com prevalências variando de 81% a 99,3% (PANAMÁ, 2018), mostrando a disparidade existente entre as comunidades. Apesar de nos últimos anos, o Panamá ter sido uma das economias mais dinâmicas da região, a taxa de pobreza na população rural (40,8%) é quase o dobro da média nacional (20,7%), enquanto que na população indígena é quatro vezes maior (82%) (ASTUDILLO; FERNÁNDEZ; GARCIMARTIN, 2019).

Ao se ampliar a análise da insegurança alimentar para a América Latina observa-se um ligeiro e contínuo aumento desde 2014. A insegurança alimentar moderada e grave juntas passaram de 22,6% para 31,7%, e a insegurança alimentar grave passou de 6,9% para 9,5%, entre os anos de 2014 e 2019 (FAO, 2020). Somadas às dificuldades existentes de acesso aos alimentos, o mundo precisa lidar com os efeitos da pandemia da COVID-19 em curso. O Banco Mundial prevê que a recessão econômica pode levar mais de 71 milhões de pessoas a extrema pobreza, que aliado com a falta de emprego e de geração de renda vai afetar diretamente o acesso ao alimento (MAHLER et al., 2020). Essa situação poderá agravar as mudanças, já em curso, no padrão alimentar de algumas populações devido

“

Tanto no Brasil, como na Colômbia e Panamá, as pessoas mais pobres têm acesso limitado aos alimentos, enquanto as pessoas com maior poder aquisitivo podem adquirir uma maior variedade de grupos de alimentos.

”

à flutuação de preços de alimentos e a escolhas alimentares baseadas em produtos processados e ultraprocessados.

A promoção e a publicidade de alimentos

A promoção e publicidade dos alimentos podem influenciar de forma positiva ou negativa na aceitabilidade dos alimentos, nas preferências do consumidor e no comportamento

em relação à compra e às modalidades de compra (KELLY et al., 2103). Vale ressaltar que a rotulagem e a publicidade dos alimentos são as principais fontes de informação acessível aos consumidores e também uma estratégia de comunicação entre quem vende e quem compra. O Brasil, Colômbia e Panamá cumprem a regulamentação do Codex Alimentarius da Organização Mundial da Saúde, especificamente no que se refere à informação nutricional. O primeiro e segundo país também seguem os padrões vigentes determinados pelo Mercosul. Nos três países existem instituições nacionais, que regulamentam a comercialização e publicidade dos alimentos embalados, sendo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no Brasil, o Instituto Nacional de Vigilância de Medicamentos e Alimentos (INVIMA) na Colômbia e a Autoridade Panamenha de Segurança Alimentar (AUPSA) no Panamá.

Nos três países também estão acontecendo discussões para aperfeiçoar a forma e conteúdo da rotulagem, de forma a torná-la mais acessível para o maior número de cidadãos. Até o momento da publicação deste documento, apenas a Colômbia possuía um novo decreto de regulamentação, que foi apresentado pelo governo nacional, em fevereiro de 2020. O decreto regulamenta a rotulagem frontal de alimentos, tornando obrigatório a apresentação de rótulos frontais para alimentos ricos em gorduras, açúcares e sódio. Essa medida prevalecerá a partir do segundo se-

mestre de 2021 e calcula-se que mais de 30 mil produtos devem estar em conformidade com este novo regulamento (CHAVES, 2020).

Em 2015, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou o “Estudo exploratório sobre a promoção e publicidade de alimentos e bebidas não saudáveis para crianças na América Latina e no Caribe”, no qual verificou-se que 31% dos países da região possuem normas que regulam a promoção e publicidade de alimentos e bebidas. As empresas geralmente usam canais de comunicação tradicionais como televisão, rádio e mídia impressa para promover seus produtos e atualmente começaram a se concentrar nos canais de comunicação móvel ou online, que lhes permite alcançar o grupo-alvo de uma maneira mais direta e personalizada (UNICEF, 2015).

Em 2019, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e o UNICEF realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar a influência das estratégias de marketing e o design dos rótulos nas escolhas alimentares de crianças (IDEC; UNICEF, 2019). Os resultados apontam que quase metade dos responsáveis não têm o hábito de verificar os rótulos e os alimentos e bebidas mais desejados pelos jovens são sucos (81%), salgadinhos (61%), frutas (57%), bolos industrializados (55%), refrigerantes (54%), bolachas (41%) e iogurtes ultraprocessados (28%). As estratégias de marketing usadas na embalagem que mais atraem esse público são os produtos em evidência, cores vibrantes, informação sobre o sabor, presença de personagens, brindes e promoções etc. Portanto, um ambiente alimentar obesogênico, com potencial exposição à publicidade abusiva, direcionada principalmente ao público infantil, determina escolhas alimentares e favorece o aumento da obesidade e outras condições desfavoráveis à saúde.

As estatísticas de sobrepeso e obesidade aumentam vertiginosamente em todas as fases da vida, inclusive em crianças e adolescentes da

América Latina e Caribe (UNICEF, 2015). Brasil, Colômbia e Panamá, possuem mais da metade da população adulta com excesso de peso, atingindo prevalências de 55,4%, 56,4% e 62,2%, respectivamente (BRASIL, 2020b; COLÔMBIA, 2018; PANAMÁ, 2017), o que reflete diretamente no perfil de morbimortalidade. Segundo dados dos Ministérios da Saúde dos três países, a hipertensão e a diabetes mellitus são agravos que atingem parcelas significativas das populações (BRASIL, 2020b; COLÔMBIA, 2018; PANAMÁ, 2017).

Em uma outra perspectiva, é possível observar que a desnutrição ainda atinge parcela significativa de determinados grupos populacionais e de povos e comunidades tradicionais desses países, como as crianças e os indígenas. A prevalência de desnutrição crônica em menores de cinco anos foi 7,0% no Brasil, em 2006; 17,7% no Panamá, em 2014; e 10,8% na Colômbia, em 2015. A situação é ainda mais grave, ao se avaliar os dados das crianças indígenas, atingindo 28,6% no Brasil, 29,6% na Colômbia e 62% no Panamá (UNICEF, 2019; COLOMBIA, 2018; PANAMÁ, 2017).

Essas mudanças no perfil epidemiológico e nutricional da população dos três países podem ser parcialmente atribuídas às mudanças na qualidade de vida, nas condições sanitárias, no acesso aos serviços e às transformações relacionadas ao sistema alimentar.

Considerações finais

O sistema alimentar e o perfil de saúde e nutrição de brasileiros, colombianos e panamenhos, revelam similitudes, em meio às desigualdades ainda muito presentes na América Latina. Ao longo do texto, fomos convidados a perceber as desigualdades e violações do Direito Humano à uma Alimentação Adequada (DHAA) através dos elementos que compõem o sistema alimentar. Essas violações, seja por meio do comprometimento do acesso, seja pela exposição às estratégias de marketing e publicidade de alimentos abusivas, contribuem sobremaneira para construir ambientes promotores de todas as formas de má nutrição e insegurança alimentar.

Diante do atual cenário de pandemia da COVID-19, a sociedade e o Estado devem promover estratégias de denúncia e proteção, essencialmente para grupos populacionais mais vulnerabilizados e vítimas do processo de pauperização e reprodução social da fome e pobreza. Governo, sociedade civil e entidades precisam redobrar esforços para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 1, que prevê o fim da pobreza; o ODS 2, que visa erradicar a fome e o ODS 3, que almeja proporcionar saúde e bem-estar para todos. Portanto, é urgente o investimento em ações que promovam sistemas alimentares mais justos, solidários e sustentáveis.

Referências

ASTUDILLO, J.; FERNÁNDEZ, M.; GARCIMARTIN, C. La desigualdad de Panamá: su carácter territorial y el papel de la inversión pública, 2019. (BID, Org.). Panamá: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/La_desigualdad_de_Panamá_su_carácter_territorial_y_el_papel_de_las_inversiones_públicas.pdf>.

BRASIL, IBGE. Pesquisa nacional de segurança alimentar, 2013. Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p.

_____. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

BRASIL, MINISTERIO DA SAÚDE. VIGITEL 2019. Brasília: [s.n.], 2020b.

CHAVES, M. Gran consenso entre Gobierno e industria para etiquetado en alimentos y bebidas. La República, Bogotá, 27 fev. 2020. p. 1. Disponível em: <<https://www.larepublica.co/empresas/gran-consenso-entre-gobierno-e-industria-para-etiquetado-en-alimentos-y-bebidas-2970000>>.

COLOMBIA, DANE. Encuesta Nacional Presupuesto Hogares 2016-2017. Comunicado de prensa. Bogotá: [s.n.], 2018. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/enph/comunicado-enph-2017.pdf>>.

COLOMBIA, ICBF. Encuesta Nacional de la Situación Nutricional, Colombia 2015. Bogotá: [s.n.], 2018. Disponível em: <http://www.ensin.gov.co/Documents/ENSIN_2015_Colombia_2018.pdf>.

ESTEVE, E.V. O negócio da comida, quem controla nossa alimentação. 1ra. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, W. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Roma: [s.n.], 2020.

FAO. Reflexiones sobre el sistema alimentario en América Latina y el Caribe y perspectivas para alcanzar su sostenibilidad. Santiago: [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i7053s.pdf>>.

HLPE. La Nutrición y los Sistemas Alimentarios. Un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial. Roma: [s.n.], 2017. V. 12.

IDEC; UNICEF. Influência dos rótulos de alimentos ultraprocessados na percepção, preferências e escolhas alimentares de crianças brasileiras. São Paulo: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://idec.org.br/sites/default/files/arquivos/pesquisa_idec_unicef_7.pdf>.

KELLY, B. et al. Monitoring food and non-alcoholic beverage promotions to children. Obes Rev., 2103. v. 14, n. Suppl 1, p. 59–69.

MAHLER, D. et al. Updated estimates of the impact of COVID-19 on global poverty. 08 de Junho de 2020. Disponível em: World Bank Blogs., 2020.

PANAMÁ, MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, S. Plan Nacional de seguridad alimentaria y nutricional, Panamá 2017-2021. [S.l.]: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.mides.gob.pa/wp-content/uploads/2017/03/Plan-SAN-Panamá-2017.pdf>>.

PANAMÁ, MINISTERIO DE ECONOMIA Y FINANZAS. Índice de Pobreza Multidimensional de Niños, Niñas y Adolescentes en Panamá – IPM-NNA. Panamá: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.mides.gob.pa/wp-content/uploads/2018/09/MEF_DAES_Informe-del-IPM-de-niños-niñas-y-adolescentes-año-2018.pdf>.

_____. Costo calórico de las canastas básicas familiares de alimentos en Septiembre de 2019. Panamá: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://www.mef.gob.pa/wp-content/uploads/2020/01/MEF-DAES-Informe-CBFA-Septiembre-2019-1.pdf>>.

UNICEF. Estudio exploratorio sobre la promoción y publicidad de alimentos y bebidas no saludables dirigida a niños en América Latina y el Caribe. Panamá: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/sites/unicef.org.lac/files/2018-05/20150612_UNICEF_LACRO_Estudio_promocion_alimentos_no_saludables_LAC.pdf>.

UNICEF. Situação Mundial da Infância – Crianças, Alimentação e Nutrição – Crescendo Saudável em um Mundo em Transformação. Resumo Executivo. p. 8, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/5566/file/Situacao_Mundial_da_Infancia_2019_ResumoExecutivo.pdf>



PANDEMIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: ENTREVISTA COM RENATO MALUF

Quais são os efeitos dessa pandemia na segurança alimentar da população?

Os efeitos são diretos e muito graves. Pois, ao lado do problema sanitário que afeta a saúde das pessoas e causa muitas mortes, as necessárias medidas de distanciamento social com a interrupção de muitas atividades agravou o acesso aos alimentos de grupos sociais vulnerabilizados para os quais a enorme desigualdade social brasileira já tornava difícil assegurar a alimentação de suas famílias. Isto não apenas aumenta a insegurança alimentar como possibilita a manifestação da forma mais grave dela que é a fome. Refiro-me aos desempregados cujo número aumentou ainda mais nesse contexto, aos quase 40% da força de trabalho na informalidade (de fato, subempregados), aos moradores em situação de rua, aos que vivem nas periferias das grandes cidades, em especial a população negra, mulheres e crianças. Acrescentem-se os povos indígenas, comunidades quilombolas e famílias rurais pobres. A insegurança alimentar e a fome aparecem como mazelas complementares aos danos causados pela COVID-19.

Quais seriam os possíveis caminhos para minimizar esses efeitos durante e após a Pandemia?

É preciso atuar, simultaneamente, enfrentando as emergências e construindo possibilidades futuras. Concentrando-me na questão alimentar, a transferência de renda para assegurar o acesso a alimentos pelas famílias e pelos indivíduos em extrema pobreza é crucial (revelando a gravidade das limitações que já vinham sendo impostas ao Programa Bolsa Família e a irresponsabilidade criminosa que se nota na implementação do auxílio emergencial recém aprovado pelo Congresso Nacional). Equacionar a continuidade do oferecimento de alimentação escolar em face do fechamento das escolas é essencial para garantir a principal, quando não a única, refeição diária de milhões de crianças pobres. Preservar e ampliar as aquisições de alimentos dos agricultores familiares têm o duplo papel de assegurar renda a famílias rurais e de oferecer alimentos de qualidade à população. Por fim, menciono o apoio às inúmeras iniciativas em curso no país na direção de conectar produtores de alimentos saudáveis e consumidores em circuitos de proximidade, feiras e outros.

Como as comunidades mais carentes podem diminuir os riscos de contaminação por meio de alimentos?

Não vejo essa relação como relevante e nem mesmo como possível. Se a referência é à contaminação de alimentos por agrotóxicos, ela não guarda relação com a pandemia e seus efeitos não se restringem às comunidades mais carentes. Não sei se entendi a pergunta.

Qual é o papel do CONSEA nesse cenário atual e como pretende agir no contexto de pós-pandemia?

O CONSEA nacional foi extinto no primeiro ato do Governo Bolsonaro, em Janeiro de 2019, ficando em seu lugar importantes mobilizações com âmbito nacional atuando em diversas frentes desde antes da pandemia, durante ela e com a perspectiva de no pós-pandemia realizar uma Conferência Nacional Popular, Autônoma e Democrática por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Ao lado disso, a quase totalidade dos CONSEA's estaduais e os existentes em grande número de municípios vêm tendo importante atuação junto aos respectivos governos e na mobilização da sociedade civil em ações tais como a criação de Comitês de Emergência, a atuação em relação ao PNAE e PAA e muitas outras ações impulsionadas pela sociedade civil ou pelos governos estaduais e municipais.



Redes alimentares alternativas, circuitos curtos, agroecologia e produção orgânica no Brasil

Moacir Roberto Darolt

O tema dos mercados alternativos, agroecologia e produção orgânica ganhou espaço nos estudos sobre as questões alimentares e o desenvolvimento sustentável, destacadamente a partir dos anos 2000, como um movimento contrário ao modelo de produção e consumo de massa. O termo redes alimentares alternativas (RAA) ou Alternative Food Networks (AFNs) é amplo e surge em nível internacional como uma categoria de análise acadêmica para o estudo de alternativas ao modelo agroalimentar convencional ou industrial (Goodman et al., 2012; Renting et al., 2012).

Outras denominações recentes como “mercados imersos” têm sido usadas para designar espaços concretos, socialmente construídos, de interação social e troca entre os atores, baseadas no compartilhamento de um conjunto de normas, regras e valores que orientam o comportamento econômico e possibilitam a geração de benefícios comuns aos envolvidos (BRASIL e SCHNEIDER, 2020). Segundo os mesmos autores, existem vazios nos mercados agroalimentares convencionais, com falhas estruturais que abrem oportunidades para que os mercados alternativos coexistam com o sistema dominante.

Padrões distintivos entre sistemas alimentares convencionais e redes alternativas

Um dos grandes desafios das redes alimentares alternativas é de inovar, ocupar os espaços deixados pelo sistema dominante e propor novas formas de abastecimento alimentar, focando em características e padrões diferenciados como: cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores, encurtando as cadeias com um número reduzido (ou inexistente) de intermediários e uma limitada distância geográfica entre ambos; cogestão e intercooperação entre redes de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos; reconexão entre produção e consumo com maior autonomia e preços justos para produtores e consumidores; dinamização de mercados locais com identidade territorial; revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos da agroecologia e produção orgânica; foco em produtos saudáveis e segurança alimentar; inclusão de agricultores familiares nos mercados; resgate de valores, tradição, solidariedade e transparência com consumidores e produtores; valorização da imagem dos agricultores e do meio rural e maior protagonismo dos consumidores (Figura 1, página 18).

Outro grande desafio diz respeito à democratização do alimento orgânico tanto no que se refere ao acesso de consumidores menos favorecidos, como à inclusão de agricultores familiares (AF) excluídos do mercado. Nesse sentido, Renting et al. (2012) sugerem desenvolver Redes de Cidadania Agroalimentar (RCA) visando potencializar o que vem sendo chamado de “democracia alimentar”, na busca de estratégias para maior participação e protagonismo de consumidores e outros atores do sistema alimentar.

Transição agroecológica

Para garantir uma transição agroecológica para sistemas alimentares mais sustentáveis, deve-se buscar mais do que a aproximação entre produtores e consumidores e considerar toda a rede de atores e instituições num sentido amplo com envolvimento de outros agentes do sistema agroalimentar do território, como a extensão rural, a pesquisa, o ensino, a sociedade civil, as certificadoras, as empresas privadas, as agroindústrias, além do poder público (LAMINE et al., 2018). Cabe destacar que os governos têm um papel catalisador, facilitador e acelerador por meio de políticas públicas e legislações que permitem impulsionar a agricultura familiar e a agroecologia¹ (Figura 2).



Figura 2. Atores do sistema agroalimentar na transição agroecológica. Fonte: Adaptado de Lamine, Maréchal e Darolt (2018)

1. A agroecologia é um campo de estudo emergente que abrange todo o sistema agroalimentar com o objetivo de alcançar a soberania alimentar e nutricional da sociedade, numa perspectiva de integrar agricultura, alimentação, saúde e meio ambiente. Trabalha com princípios agroecológicos desde a produção até o consumo, estimula o diálogo de saberes entre agricultores e técnicos, valoriza os mercados locais e os circuitos curtos de comercialização, respeita a cultura dos povos e comunidades tradicionais, aproxima o rural do urbano, a cidade do campo, o agricultor do consumidor (DAROLT, 2019).

Características e categorias de análise	Sistema alimentar convencional	Redes alimentares alternativas
Canais de Vendas Intermediários	Canais longos / maior número de intermediários e atravessadores	Canais curtos / venda direta ou no máximo um intermediário “engajado” no processo
Distância com Relação com consumidores	Afastamento entre produção e consumo (espacial, informacional e relacional) / menor conexão produtor-consumidor	Proximidade / identidade territorial/ informação da origem, produtor, sistema produtivo/ maior conexão entre produtores e consumidores
Gestão	Gestão por contratos / Cooperativismo industrial / integração vertical	Cogestão / participação / intercooperação / circuitos de comercialização em redes
Escala Saudabilidade Padrão de consumo Produtos	Mercado global, <i>commodities</i> / grande escala / foco em produtos processados e ultraprocessados/ regularidade, quantidade, diversidade/ baixa saudabilidade/ consumo de massa	Mercado local / pequena escala/ produtos da época/ foco em produtos mais saudáveis / artesanais / coloniais / <i>in natura</i> ou minimamente processados/ consumo consciente
Qualidade	Padronização/ especialização/ visão de produto (aparência, tamanho, durabilidade)	Diferenciação/ visão de processo (qualidade biológica, frescor, sabor, gastronomia) / segurança alimentar
Relações e valores entre atores	Relações impessoais, foco na compra e venda / competição / anonimato dos produtores	Construções sociais / resgate de valores, tradições, modos de vida/ confiança/ solidariedade / transparência / princípios de troca e escambo / democracia alimentar
Preços Autonomia Dependência Perdas Risco	Preços baixos – intermediários e empresas comercializadoras ficam com a maior parte do valor do alimento/ concorrência / menor autonomia / maior dependência do sistema/ perdas e desperdícios/ maior risco para produtor	Preços justos – produtor recebe a maior parte do valor do alimento comercializado / cooperação social / maior participação / maior autonomia / interdependência e inter-relação entre atores/ menor perda de produtos / risco controlado para o produtor
Sistema de produção predominantes Tipos de agricultores	Convencional / industrial / empresarial Agricultores inseridos em cadeias bem definidas e agricultores familiares consolidados	Orgânico / agroecológico/ agricultura familiar (AF) Agricultores familiares diversificados e AF pobres e fora do mercado/ Pluriatividade (importância da renda não agrícola)
Representatividade geral nas vendas	>3/4 das vendas do mercado de alimentos	<1/4 das vendas do mercado de alimentos

Figura 1. Características e padrões distintivos entre o sistema alimentar convencional e o novo sistema alternativo

Circuitos Curtos de Comercialização: inovações sociais

O abastecimento alimentar via redes alternativas é feito prioritariamente através de circuitos curtos de comercialização (CCC). O mais importante para caracterizar um circuito curto ou uma cadeia curta é o fato de um produto chegar nas mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção) em oposição à alimentação padronizada, impessoal e anônima das cadeias longas. Entretanto, é importante reconhecer que estas redes e novas formas econômicas se desenvolvem e interagem em sociedades capitalistas e não em um “universo paralelo” (GOODMAN, 2009). Por isso, é mister conhecer a diversidade de iniciativas de circuitos curtos e os espaços que podem ocupar.

A classificação dos tipos de circuitos curtos de comercialização existentes no Brasil mostra que temos canais relacionados com a “venda direta” (em que o produtor tem relação direta com o consumidor) e a “venda indireta” onde existe apenas um intermediário - normalmente engajado no processo - denotando uma interdependência entre os atores (Figura 3).

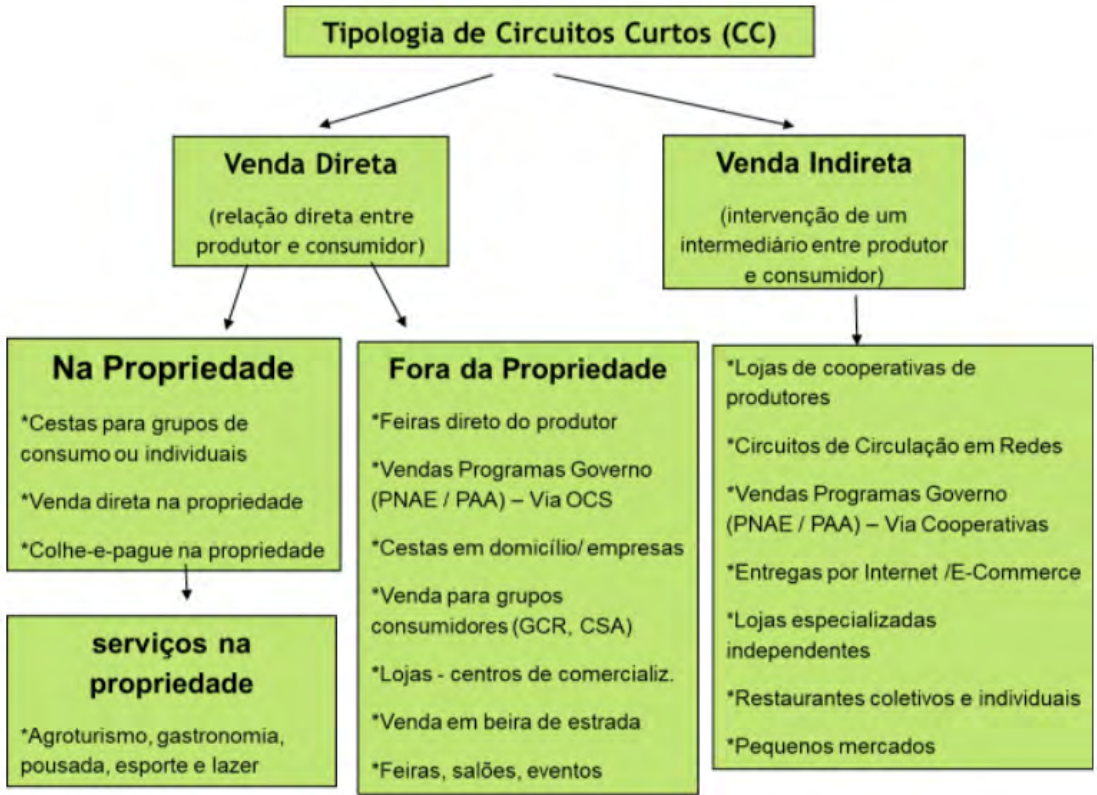


Figura 3. Tipos de circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos no Brasil
Fonte: Adaptado de Darolt et al., (2016).

No Brasil, a maioria dos produtores da agricultura familiar agroecológica utiliza simultaneamente mais de um canal para venda (Figura 3), destacadamente: 1) feiras do produtor; 2) os mercados institucionais (com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e, em menor escala, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA); e 3) cestas em domicílio (seja diretamente ou pedidos via E-commerce). Percebe-se ainda inovações como as vendas em propriedades associadas com circuitos de agroturismo e restaurantes no meio rural, lojas especializadas (normalmente em capitais e cidades maiores), pontos de venda de cooperativas/associações, grupos de consumo responsável (GCR), vendas em rede via circuitos de circulação de produtos certificados (caso da Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil), além de vendas por E-commerce via lojas virtuais ou aplicativos como WhatsApp e redes sociais (Facebook, Instagram), que tiveram um crescimento significativo no período de pandemia.

As feiras orgânicas e agroecológicas direto do produtor são as preferidas dos consumidores e a principal porta de entrada de agricultores familiares no mercado local. O mapa de feiras orgânicas criado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2020)² identificou 791 feiras orgânicas ou agroecológicas, em mais de uma centena de cidades brasileiras, incluindo 26 capitais. O estudo aponta um crescimento de 3,4 vezes nos registros de feiras e de outros circuitos curtos de comercialização entre 2015 e 2020, com destaque para as regiões Sudeste, Sul e Nordeste.

Os grupos de consumo responsável (GCR)³ são uma inovação social impulsionada pela pandemia, como as Comunidades que Sustentam a Agricultura-CSA⁴ no Brasil, as Cestas Solidárias em Curitiba (com 50 grupos) e as Células de Consumo Responsável (CCR) em Florianópolis (com 12 grupos)⁵. No país também as cestas individuais - entregues por produtores, particulares ou empresas - vêm ganhando a simpatia do consumidor pela praticidade e preços menores quando comparado aos supermercados. Um desafio futuro é trabalhar a educação para o consumo, a organização e o maior engajamento social dos consumidores.

As vendas nas propriedades estão em fase de expansão e têm sido associadas a propriedades que fazem parte de circuitos de agroturismo e agroecologia comuns em áreas periurbanas e próximas às regiões metropolitanas. Um exemplo exitoso no Brasil é a associação Acolhida na Colônia⁶ nas encostas da Serra Geral em Santa Catarina.

As lojas virtuais e *E-commerce* de produtos orgânicos/agroecológicos tiveram um crescimento acima do esperado, impulsionado pelo isolamento social na pandemia, o que deve ser mantido pelos próximos anos, sobretudo nas regiões metropolitanas. São procurados pela facilidade de compra via aplicativos de celulares e internet, comodidade nas entregas ao consumidor e preços inferiores aos supermercados. Entretanto, algumas modalidades podem não representar um Circuito Curto, conforme destacado neste artigo.

Finalmente, o mercado institucional via programas de governo (PNAE e PAA) está entre os principais canais de acesso, permitindo a inclusão de agricultores familiares no mercado e socializando os produtos orgânicos para milhares de alunos. No Paraná, os alimentos orgânicos já representam 8% do total dos alimentos da merenda dos alunos da rede pública (FUNDEPAR, 2018). Por meio de programas de governo, os alimentos da agricultura familiar são comprados diretamente das cooperativas de produtores e chegam até a população via escolas públicas e entidades de assistência social do governo. A garantia de compra dos produtos orgânicos pelo governo tem estimulado a transição agroecológica. No Brasil já são cerca de 20 mil estabelecimentos certificados, a maioria de pequenos agricultores familiares (MAPA, 2020).

Outras inovações, como o circuito de comercialização em rede operado pela Rede Ecovida⁷ de Agroecologia, têm permitido a troca e a circulação de produtos certificados entre as regiões sul e sudeste do Brasil, possibilitando atender em quantidade, diversidade e mantendo uma regularidade e qualidade biológica dos produtos, visto que se trabalha exclusivamente com produtos orgânicos certificados de forma participativa. Essas associações e produtores organizados em rede operam em cadeias curtas de comercialização (no máximo um intermediário engajado e proximidade territorial) ou em circuitos espacialmente estendidos (acima de 300km), quando o certificado de origem é obrigatório.

Um novo modelo alimentar

Do ponto de vista do consumo, os circuitos curtos trazem oportunidades para estimular mudanças de hábitos alimentares, incentivo à educação para o gosto, organização e mobilização de consumidores em formas inovadoras de apoio aos agricultores e campanhas para uma alimentação saudável (questionando o uso abusivo de agrotóxicos e transgênicos, por exemplo). Nesse sentido, a comercialização em circuitos curtos se constitui em experiência que pode ajudar a criar novas políticas públicas rumo a padrões mais sustentáveis de consumo. Entretanto, é preciso considerar que esse é um processo de empoderamento e tomada de consciência dos consumidores de longo prazo sobre aspectos como a sazonalidade da produção orgânica, benefícios da agroecologia, conhecimento das dificuldades dos produtores, mudança de valores em relação a quesitos de regularidade, quantidade e diversidade facilmente atendidos pela agricultura industrial e em construção na produção de base agroecológica.

Os dados de pesquisa no Brasil e no exterior mostram que a combinação de circuitos curtos, agricultura familiar e agroecologia está em sintonia com vários objetivos do desenvolvimento sustentável e pode ajudar a criar um novo modelo alimentar ecologicamente correto.

2. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Ver <https://feirasorganicas.org.br/>. O Mapa de Feiras Orgânicas também possui aplicativo para celular que localiza a feira mais próxima por geolocalização.

3. Grupos de Consumo Responsável (GCR) são iniciativas de consumidores organizados que se aproximam dos agricultores para compra direta, normalmente por meio de adiantamento de pagamento de cestas de produtos orgânicos. As regras de funcionamento variam conforme o grupo.

4. CSA Brasil – Comunidade que Sustenta a Agricultura é uma nova forma de relação onde os consumidores (comunidade) financiam os produtores antecipadamente e em troca recebem produtos da época frescos. Existem mais de 140 grupos no Brasil (www.csa.org.br).

5. Cestas Solidárias em Curitiba (<http://www.cpra.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=146>); Células de Consumo Responsável (CCR) em Florianópolis (<https://lacaf.paginas.ufsc.br/celulas-de-consumidores-responsaveis/>).

6. A Acolhida na Colônia é uma associação fundada em 1999 composta por 180 famílias de agricultores de Santa Catarina, integrada à Rede Accueil Paysan atuante na França desde 1987. A proposta é valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo ecológico, com hospedagem e alimentação em famílias de agricultores orgânicos (ACOLHIDA, 2019).

7. O circuito de circulação e comercialização da Rede Ecovida no Sul do Brasil é formado por 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios, 340 grupos de agricultores (~ 4500 famílias) envolvendo mais de 120 feiras agroecológicas no sul do Brasil (ECOVIDA, 2020).



Referências

ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA. *Quem somos*. Florianópolis, maio 2019. Disponível em <https://acolhi-da.com.br/sobre/>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. *Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos*. Coordenação de Produção Orgânica - CPO/DTEC/SDA/MAPA. Atualizado em junho de 2020. Disponível em <http://dados.agricultura.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-produtores-organicos>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

BRASIL, N.; SCHNEIDER, S. *Anatomia dos mercados imersos*: Guia metodológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2020. 36 p.

DAROLT, M.R. *Conexão Ecológica*: novas relações entre produtores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, M.R. *Agroecologia: definição, lições aprendidas e desafios*. Observatório Brasileiro de Economia e Mercados Agroecológicos e Orgânicos – OBEMA. Dossier: Agroecologia, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/obema/agroecologia-curadoria-professor-moacir-darolt-iapar-e-ufpr/>. Acesso em 16 de agosto de 2020.

DAROLT, M.R.; LAMINE, C.; ALENCAR, M.C.F.; ABREU, L.S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XIX, n. 2, p. 1-22, abr-jun, 2016.

ECOVIDA - Rede Ecovida de Agroecologia. *Histórico da rede*. Disponível em <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

FUNDEPAR. Plano de introdução progressiva de produtos orgânicos na alimentação escolar do Estado do Paraná. *Relatório interno* (não public.). Curitiba, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional. Fundepar: Curitiba, PR, 2018.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2017. 520p. (Série Estudos Rurais).

GOODMAN, D. *Place and space in alternative food networks*: Connecting production and consumption. Department of Geography. King's College London. 36p. 2009.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics*. Abingdon: Routledge, 2012. 308 p.

IDEC. *Mapa de Feiras orgânicas*. Disponível em <https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>. Acesso em 11 setembro de 2020.

LAMINE, C.; MARECHAL, G.; DAROLT, M.R. Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais : ensinamentos de uma comparação franco-brasileira. *In*: Abastecimento alimentar e mercados institucionais. / Org. Julian Perez-Cassarino ... [et al]. Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV. p.39-62., 2018.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development, *Sociologia Ruralis*, vol. 40, n. 4, pp. 424-438, 2000.

RENTING, A.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 19, n. 3, p. 289-307, jan, 2012.

Sistemas Alimentares Resilientes para um Mundo em Transformação

Marina Vianna Ferreira
Mayra Jankowsky

O sistema alimentar desponta como eixo determinante na construção de um planeta mais justo, equitativo e sustentável. Este alvo se dá não só pelos impactos da produção de alimentos que agregam à crise social e ecológica vigente, como pela necessidade de garantir a uma população crescente e desigual o direito à alimentação saudável (EAT-Lancet, 2019).

Há muitos registros de que, desde os anos 1950, vivemos transformações ambientais mais aceleradas que em qualquer outro o período da humanidade (Chapin *et al.*, 2000; Foley *et al.*, 2005; MA, 2005; Rockström *et al.*, 2009; Steffen *et al.*, 2015). Mudanças climáticas, perda de biodiversidade, enchentes, desertificação, erosões, desmatamento, assoreamento, poluição do ar, da terra e do solo, destruição da camada de ozônio, depleção de estoques pesqueiros, desgaste dos solos e agora, no alvo, a pandemia de COVID-19 estão entre mazelas ambientais que figuram esses registros. Serviços ambientais dos quais lembramos pouco, como a polinização e a produção primária também estão fortemente prejudicados (Chapin *et al.*, 2009). Apesar de avanços nas pesquisas, o conhecimento e as tecnologias disponíveis, problemas como a fome, a pobreza, o acesso à água e a degradação ambiental se acentuam (Walker e Salt, 2006; Meadows, 2008).

Esses impactos se relacionam, em via de mão dupla, com a produção alimentar agrícola e pesqueira do mundo, tendo reflexos na segurança alimentar e no bem-estar humano. As projeções do *Millenium Ecosystem Assesment* (2005) para os próximos anos são que esses impactos se acentuem ainda mais. A previsão é de que em 2050 existam 9 bilhões de pessoas na Terra compartilhando desigualmente os serviços ambientais, embora existam muitas dúvidas sobre a viabilidade disso, o que evidencia a demanda por soluções.

Associada a essas necessidades, a sustentabilidade esteve em voga desde a conferência de Brundtland em 1987, carregando o conceito de criar e manter os sistemas social, econômico e ecológico prósperos para as gerações atuais e futuras (WCED, 1987). É difícil apresentar uma única definição, e pelo tanto que já foi falado, há também um uso banalizado do termo para designar processos ou produtos que se mostrem



menos impactantes que seus análogos. A maneira com que manejamos o mundo evidencia a forma insuficiente que o compreendemos, que tem uma de suas bases na forma de pensamento predominante na sociedade moderna (Holling *et al.*, 2002; Walker e Salt, 2006, CIFA, 2010). A lógica reducionista foi disseminada com a crença de que o mundo seria melhor conhecido se os sistemas fossem fragmentados. Chegamos a não perceber que vivemos em sistemas, de não compreender que cada ação ou demanda, individual ou coletiva, faz parte de um todo. Essa visão fragmentária se sobrepõe ao conhecimento ecológico e sistêmico de povos e comunidades autóctones, que possuíam preciso conhecimento para interpretar o ambiente de forma sistêmica, moldando suas ações às alterações e respostas do meio e, consequentemente, sua alimentação (Hanazaki e Begossi, 2003; CIFA, 2010).

Algumas teorias se desenvolveram com olhar mais holístico. Entre elas, abordagens embasadas pelo conceito da resiliência de sistemas surgem complementares à sustentabilidade e podem trazer contribuições para um mundo em mudança. A resiliência pode ser entendida como a capacidade de um sistema em manter sua identidade de estrutura e função, mesmo sofrendo perturbações. Mesmo diante de mudanças, surpresas e incertezas, um sistema resiliente apresenta mecanismos de adaptação para manter uma auto-organização. Há pouco tempo, era um exercício de criatividade problematizar o que seria uma adaptação a uma surpresa no sistema complexo. Hoje, lidamos com a “surpresa” da pandemia de COVID-19, que trouxe bruscas mudanças e necessidade de adaptação em escala mundial em poucos meses.

Para adaptar-se é preciso pensar em termos de relações, interconexões, padrões e contexto. Precisamos entender de fato como funcionam os sistemas, o contexto em que estão inseridos, a dependência entre suas partes e os processos que influenciam seus comportamentos. E não olhar para o mundo como um conjunto estático de estoques de recursos (Berkes e Folke, 1998; Meadows, 2008; CIFAA, 2010).

É recente a adoção do termo sistema alimentar para falar de alimentação. E o primeiro passo para se fo-



Esses sistemas e subsistemas evoluem então através de ciclos, e assim são capazes de se auto-organizar. Apenas quando observamos o sistema alimentar com toda essa complexidade poderemos intervir para maior resiliência e sustentabilidade, considerando todas as etapas de aprendizado e intervenções possíveis



mentar uma alimentação sustentável e resiliente é entender seu funcionamento sistêmico. O sistema alimentar é definido como o conjunto de processos que envolvem desde a origem genética dos recursos, a composição do solo, passando pelo manejo, produção, processamento, distribuição, venda, preparo e consumo alimentar, incluindo a destinação final dos respectivos resíduos (Dahlgren, 1993; Heller e Keoleian, 2000). Eles abrangem uma ampla gama de dimensões e conexões intangíveis, como sociais, políticas, econômicas, culturais, nutricionais e ambientais.

Diversos atores sociais atuam nesse sistema, incluindo produtores agrícolas e pescadores, a indústria agrícola, genética, do processamento, o setor comercial, as entidades governamentais, técnicos e os consumidores. Esses são todos elementos do sistema, assim como o solo, a água, as sementes, a energia, o conhecimento, os rituais, os insumos químicos, os resíduos e, por fim, os alimentos. A existência e a ação de todos esses elementos têm influência recíproca. A formação do comportamento alimentar na sociedade interfere nos rumos dos sistemas alimentares, mas também é dirigida pela disponibilidade, pelo acesso aos recursos associados a fatores genéticos, culturais, sensoriais, morais e mercadológicos. Em última análise, uma alimentação sustentável está diretamente relacionada com um ambiente sustentável e vice-versa (EAT-Lancet, 2019).

Outro ponto de fundamental consideração é que sistemas se organizam em hierarquia de escalas, sendo a escala global, envolvendo as de menor escala. Em especial, a governança de escala nacional cumpre importantes papéis relativos aos fatores locais. E, por sua vez, as escalas locais assumem relevância no direcionamento global por ser da base local de onde sai a produção e os efeitos mais diretos de eventuais mudanças. Essas influências recíprocas representam as interconexões do sistema alimentar e podem se dar por fluxos de energia, conhecimento, nutrientes, capital financeiro, informações, assim como por

regras de mercado, padrões culturais e outros fatores que influenciam as decisões. Todos esses elementos e essas formas de interconexões possuem um padrão de comportamento. Por exemplo, na agricultura, as pessoas manejam o meio ambiente para o seu próprio benefício. A efetividade das práticas usadas retorna como um resultado para a sociedade, que aprende quais ações são benéficas ou não. É dessa forma que a dinâmica do ambiente é interpretada para se produzir alimentos (Milestad, 2003). Todos esses ciclos apresentam *feedbacks* que funcionam como uma resposta interna ao próprio sistema como, por exemplo, a sensação de saciedade, a redução do consumo quando os preços ficam altos, o uso de fertilizantes quando o solo está desgastado. Esses sistemas e subsistemas evoluem então através de ciclos, e assim são capazes de se auto-organizar. Apenas quando observamos o sistema alimentar com toda essa complexidade poderemos intervir para maior resiliência e sustentabilidade, considerando todas as etapas de aprendizado e intervenções possíveis. Entretanto, dois de três limites planetários, já ultrapassados, são provenientes da atividade agrícola: as modificações nos ciclos do fósforo e do nitrogênio (Steffen et al., 2015). Ou seja, a necessidade de considerar todo o sistema já está atrasada.

Ao considerar a resiliência voltada à sustentabilidade, podemos considerar alguns componentes que atuam como construtores de resiliência em sistemas: a diversidade biológica, a capacidade de adoção de inovações, a capacidade de ação coletiva, a capacidade de autoaprendizado, a integridade dos serviços ambientais, a existência de articulações interinstitucionais em redes ou organizações, a capacidade de estabelecer articulações interinstitucionais, a clareza dos processos e elementos internos possibilitando análises, como por exemplo o controle e ordenamento de desperdícios. Fortalecer processos de compra, venda e acessibilidade de alimentos produzidos local e regionalmente é uma alterna-

tiva que nos permite entender e ter mais clareza para a governança.

Por hora, vamos nos ater ao papel das conexões transescalares, aqui observado na influência recíproca entre a política pública nacional e os subsistemas locais. Os sistemas evoluem da escala menor, representada em âmbito local, para a escala maior, uma escala nacional, por exemplo. Um sistema resiliente tem relações mais fortes no nível mais baixo, mas também entre os níveis. Assim, as políticas públicas deveriam ser muito acolhedoras às contribuições locais. No Brasil, a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que inclui os Conselhos e as Conferências realizados em diversos níveis, assim como a criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), foi uma tentativa que poderia ter respaldado um ótimo funcionamento dessas conexões, envolvendo instâncias políticas participativas com a sociedade civil, movimentos sociais, universidades, setores produtivos e instituições governamentais. Outros elementos dessa política favoreciam o fortalecimento de sistemas de produção e consumo locais, por exemplo através de editais para equipamentos públicos de combate à fome, para aquisição direta de alimentos para instituições e escolas e para estruturação de cadeias produtivas e mercado da agricultura familiar.

No entanto, muito do nosso sistema alimentar, em especial questões voltadas à macroeconomia e ao agronegócio, ainda não se determinava dentro dessa rede intersetorial. Ainda assim, ressalta-se o legado dos Conselhos e Conferências realizados entre 1994 e 2015. Mesmo após o desmonte das políticas em Segurança Alimentar e Nutricional, em 2019, os atores sociais voltam a se articular em fóruns e conferências populares, as articulações entre a sociedade civil mostram-se determinantes e resilientes neste momento de pandemia, com o desenvolvimento de tantos elos de consumo e escoamento de produtos da agricultura familiar.

Aproveitando o exemplo da agricultura familiar, responsável por uma parcela significativa do abastecimento no Brasil, um dos seus desafios é a inserção nos mercados que apresentam uma diversidade de regras, como atender demandas muito específicas de padrão e quantidade (muita quantidade, pouca variedade). Aos varejistas, interessa negociar com menos fornecedores e encontrar ofertas de valor mais atrativas, maior padronização na entrega e na qualidade do produto. Esse cenário pode seguir diferentes trajetórias. Os produtores têm algumas possibilidades: Uma seria de direcionar sua produção a poucos produtos e atender a demanda do mercado varejista, produzindo uma menor diversidade de gêneros alimentícios e, possivelmente necessitando de um comprador intermediário que facilitará a venda de um único gênero ao supermercado. Outra possibilidade é criar formas de venda direta ao consumidor, seja em feiras, armazéns ou entrega de cestas. Outra possibilidade ainda, seria se unir a outros agricultores e criar formas coletivas de vendas, como cooperativas de venda, com espaço para diversidade alimentar. Esses três cenários podem se mesclar com algumas nuances. Entretanto, para cada um deles é preciso ações distintas. Nesse momento, a política pública tem papel determinante.

Considerações finais

Olhar para a alimentação como um sistema permite otimizar esforços e a destinação de recursos de forma mais eficiente, ao possibilitar compreender a necessidade de atuar em questões estruturais ou questões emergenciais. É importante que a função do sistema esteja coerente com a função que a sociedade almeja para esse sistema. O sistema alimentar que atende mais a demandas econômicas do que a demandas alimentares terá empecilhos para sua auto-organização e para o uso eficiente dos recursos. Investimentos e pesquisas não seriam suficientes para resolver os respectivos desafios.

É desejável criar formas de acatar soluções provenientes dos sistemas locais, as políticas públicas de escala maior devem se adequar e essas, de forma a se construir fortes relações e uma rede de conexões nas escalas menores, a base da hierarquia sistêmica. Os recursos financeiros devem ser destinados para o cumprimento dos objetivos da sociedade e, assim, adequar a função dos sistemas. Isso pode partir de experiências bem sucedidas realizadas em escalas locais que integrem as etapas e dimensões dos sistemas alimentares. Soluções devem conter propostas de ações que levem em conta e tenham como princípio a abordagem ecossistêmica. O acesso e a circulação de informações são essenciais em todas as escalas e entre todas as escalas.

Recomendamos dois principais olhares para os quais essas ideias devem ser utilizadas: Um deles, o olhar da educação. Precisamos urgentemente transformar a forma com que aprendemos e ensinamos a se relacionar com a alimentação. Para sistemas resilientes, é importante que as conexões locais com o território sejam fortalecidas. O outro olhar, por parte da gestão pública. É imprescindível que a gestão pública esteja em sintonia com os feedbacks provenientes dos sistemas locais (considerando a produção, o consumo, as demandas, o conhecimento e os sistemas simbólicos e culturais locais). Práticas locais e conhecimento podem ser incluídos nos processos de decisão, pontuando a importância de se obter alternativas de uso baseadas no diálogo e na integração entre grupos sociais. Agindo de acordo com as respostas ecológicas dos sistemas, percebidos mais facilmente nas escalas locais, pode ser uma maneira de respeitar a dinâmica natural dos ecossistemas, dentro dos limites da própria resiliência.

Por fim, integrar esses diferentes atores sociais nas políticas transescalares e na tomada de decisão deve ser o ponto inicial para políticas que reflitam em sistemas mais resilientes e justos.

Referências Bibliográficas

- CHAPIN, F.S., III; KOFINAS, G.P. AND FOLKE, C. Principles of Ecosystem Stewardship Resilience-Based Natural Resource Management in a Changing World. Springer. 2009
- CIFAA (Comisión Internacional para el Futuro de la Alimentación y la Agricultura). Manifiesto Sobre el Futuro de Los Sistemas de Conocimiento. Soberanía del Conocimiento para um Planeta Sano. Arsia, Toscana. 2010.
- DAHLBERG, K.A. Regenerative Food Systems: broadening a scope for sustainability. In P. Allen (Ed.), Food for the Future: Conditions and Contradictions of Sustainability. New York: John Wiley and Sons, Inc. 1993.
- EAT Lancet Commission. Food in The Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on Healthy Diets From Sustainable Food Systems. 2019
- ERICKSEN, P.J. What is the vulnerability of a food system to global environmental change? Ecology and Society. v.13(2), p.14. 2008b.
- FOLEY, J. A., R. DEFRIES, G. P. ASNER, C. BARFORD, G. BONAN, S. R. CARPENTER, F. S. CHAPIN, III, M. T. COE, G. C. DAILY, H. K. GIBBS, J. H. HELKOWSKI, T. HOLLOWAY, E. A. HOWARD, C. J. KUCHARIK, C. MONFREDA, J. A. PATZ, I. C. PRENTICE, N. RAMANKUTTY, e P. K. SNYDER. Global consequences of land use. Science v.309, p.570-574. 2005.
- FOLKE, C. Resilience: the emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. Global Environmental Change - Human and Policy Dimensions. v.16 (3)p.253-267. 2006.
- GUNDERSON, L.H. AND HOLLING, C.S. (eds.) Panarchy: understanding transformations in human and natural systems. Washington, Island Press. 2002.
- HANAZAKI, N. e A. BEGOSSI. Does Fish Still Matter? Changes in the Diet of Two Brazilian Fishing Communities. Ecology of Food and Nutrition, 42, 279-301. 2003.
- HELLER, M.C. e KEOLEIAN, G. A. Life Cycle-Based Sustainability Indicators for Assessment of the U.S. Food System. A report of the Center for Sustainable Systems. Report No. 2000-4 The Center for Sustainable Systems, University of Michigan. 2000.
- HOLLING, C.S. Understanding the Complexity of Economic, Ecological, and Social Systems. Ecosystems v.4(5):390-405. 2001.
- MA. MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and Human Well-Being: Biodiversity Synthesis. World Resources Institute, Washington, DC. 2005.
- MEADOWS, D.H. Thinking in Systems. Chelsea Green Publishing, White River Junction, Vermont. 2008.
- NAYLOR, R.L. Managing Food Production Systems for Resilience. In: CHAPIN, F.S., III; KOFINAS, G.P. AND FOLKE, C. Principles of Ecosystem Stewardship Resilience-Based Natural Resource Management in a Changing World. Springer. 2009.
- PATEL, RAJ. The Value of Nothing: How to reshape market society and redefine democracy. Picador, New York, NY. 2009.
- ROCKSTRÖM, J., W. STEFFEN, K. NOONE, Å. PERSSON, F. S. CHAPIN, III, E. LAMBIN, T. M. LENTON, M. SCHEFFER, C. FOLKE, H. SCHELLNHUBER, B. NYKVIST, C. A. DE WIT, T. HUGHES, S. VAN DER LEEUW, H. RODHE, S. SÖRLIN, P. K. SNYDER, R. COSTANZA, U. SVEDIN, M. FALKENMARK, L. KARLBERG, R. W. CORELL, V. J. FABRY, J. HANSEN, B. WALKER, D. LIVERMAN, K. RICHARDSON, P. CRUTZEN, AND J. FOLEY. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. Ecology and Society. v.14(2), p.32. 2009.
- SUNDKVIST, Å.; MILESTAD, R; JANSSON, A.M. On the importance of tightening feedback loops for sustainable development of food systems. Food Policy. v. 30, p. 224-239. 2005.
- WALKER, B. e D.SALT. Resilience Thinking: Sustaining Ecosystems and People in a Changing World. Island Press. Washington, DC. 2006
- World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. OXFORD: OXFORD University Press 374P. 1987

Maria Emília Lisboa Pacheco fala sobre o tema do Dia Mundial da Alimentação 2020, "Cultivar, nutrir, preservar. Juntos.", diante do contexto brasileiro de pandemia

Maria Emília Lisboa Pacheco | foto: arquivo pessoal



Vivemos a tragédia humanitária da COVID-19 combinada com a escalada autoritária do atual governo. O país saiu do Mapa da Fome em 2014 embora tenham persistido as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e as condições precárias de vida a que estão submetidas parcelas imensas da população. Mas, neste momento da história aprofundam-se e tornam-se mais visíveis as desigualdades econômicas e sociais, revelando a desproteção social por parte do Estado, o que já vinha ocorrendo com as medidas de austeridade fiscal como a Emenda Constitucional 95/2016 de “teto de gastos”. A pandemia desnudou os impactos da realidade neoliberal.

O desmonte de programas e políticas públicas construídos com base no princípio do Direito Humano à Alimentação vão levando de volta o país para o Mapa da Fome. Estima-se que ao final de 2020 sejam 14,7 milhões de pessoas padecendo do flagelo da fome, ou seja, 7% da população. Cresce a fome, mas também o sobrepeso e a obesidade como expressão da má nutrição. [Atualmente, 55,7% da população adulta do país está com excesso de peso e 19,8% está obesa.](#)

São tempos de recorrente afronta à Constituição. Há uma crescente criminalização dos movimentos sociais com atos de despejo e de reintegração de posse. Um cenário que se agrava também com a fragilização das instituições, a flexibilização da legislação fundiária e ambiental acompanhada do esvaziamento da capacidade de fiscalização dos respectivos órgãos, aumentando a concentração de renda, terra e a devastação ambiental. Cresce a liberação de agrotóxicos, queimadas e desmatamento.

Em lugar de medidas protetivas, por parte do Executivo, vemos decisões de caráter neocolonialista e etnocida expressas no desrespeito ao direito de existência livre dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. São negadas propostas emergenciais para garantir a segurança alimentar e nutricional em plena pandemia. Foi o que ocorreu com os vetos do Presidente ao direito à água potável, e o fornecimento de cestas de alimentos, sementes e ferramentas agrícolas (Lei 14.021/2020). Estas propostas estavam incluídas no plano emergencial em favor dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais aprovado no Congresso Nacional. Em uma ação contra esta omissão do poder público, pela primeira vez na história, depois de 520 anos, assistimos à sustentação oral no Supremo Tribunal Federal de um advogado indígena representando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), na ação de defesa dos territórios para proteger a vida indígena.

O executivo vetou também praticamente toda a proposta das “[Medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da COVID-19](#)” (Lei 14.048/2020) que havia sido aprovada no Congresso Nacional. Elas incluíam, dentre outras, a proposta de Fomento Emergencial para estruturação de unidades produtivas familiares e implementação de tecnologias sociais como as cisternas de acesso à água; concessão do benefício Garantia-Safra; criação de linhas de crédito especiais e medidas de prorrogação e repactuação de dívidas; proposta de um Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar (PAE-AF), para promover o abastecimento emergencial de pessoas em situação de insegurança alimentar por meio de produtos adquiridos da agricultura familiar. A mobilização social para a sua construção estava expressa na “[Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas em Defesa da Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus](#)”, fruto do diálogo com organizações, redes, articulações da sociedade civil e parlamentares comprometidos com a justiça social, direitos humanos e a soberania alimentar.

Diante desse cenário que nos move para ações de protesto contra as medidas que negam o sentido do Dia Mundial da Alimentação, perguntamos: mas então o que há para comemorar?

A resposta reside na pujança das organizações e dos movimentos sociais que dinamizam redes de resistência e solidariedade. Muitas toneladas de alimentos *in natura* da agricultura familiar e camponesa estão chegando aos bairros populares, e também sob a forma de preparações culinárias em marmitas e cafés matinais para populações em situação de rua. Os gestos de solidariedade e de cooperação financeira, no plano comunitário, se expressam nas “*vakinhas virtuais*”, em doações em redes de cestas básicas e produtos de higiene. Em breve teremos um dimensionamento sobre o que representam essas iniciativas. A “[Ação Coletiva: comida de verdade- aprendizagem em tempos de pandemia](#)”, que envolve várias redes e fóruns, está mapeando as experiências de abastecimento alimentar protagonizadas por organizações populares, coletivos, redes e movimentos sociais, do campo e da cidade que, mesmo durante a pandemia, tem garantido que a comida de verdade chegue à população.

O livro “Pandemia e Território”, recentemente lançado pela [Nova Cartografia Social da Amazônia](#), com registros etnográficos e iconográficos sobre indígenas, cujas aldeias estão localizadas em perímetros urbanos e em seus próprios territórios identificados e demarcados; quilombolas, ribeirinhos,

pescadores artesanais, comunidades de fundos e fechos de pasto, comunidades atingidas pela exploração mineral e grupos de pequenos agricultores e extrativistas mostra-nos que há uma economia não contabilizada da pandemia. Ela leva em conta o funcionamento de formas de solidariedade, de ajuda mútua e de autogestão na circulação de produtos agrícolas e extrativos, que asseguram uma maior autonomia das comunidades e contribuem para relativizar o peso das tutelas que submetem os povos e comunidades tradicionais aos mecanismos de controle ancorados em fundamentos colonialistas.

É importante também comemorar a forte reação da sociedade contra medidas autoritárias. Falamos aqui da ampla mobilização de repúdio, talvez a maior durante a pandemia, contra a Medida Provisória nº 910, sobre medidas de regularização fundiária em grandes áreas públicas, com estímulo à grilagem. Esta proposta autorizava a destinação de terras públicas federais de até 2.500 hectares sem licitação e com dispensa de assinatura de confrontantes e a preços abaixo do valor de mercado com graves ameaças aos direitos territoriais das populações. Esta MP foi retirada de pauta no Congresso Nacional por pressão social, mas há um PL nº 2.633/2020, que mantém basicamente seus conteúdos.

As campanhas em defesa de programas estruturantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como o Programa Aquisição e Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também devem ser destacadas. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) [desencadeou a campanha pela retomada do PAA com adesão de centenas de organizações](#). Foram liberados 500 mil reais, uma [conquista parcial e insuficiente](#). O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional juntamente com a Articulação Nacional de Agroecologia vem desenvolvendo a campanha [“Agricultura Familiar é Saúde na Alimentação Escolar”](#), com o objetivo de mobilizar forças sociais para incidência no plano estadual e municipal para que os governos cumpram o que determina a lei 11.947 do Programa Nacional de Alimentação Escolar, sobre a compra dos alimentos da agricultura familiar, em lugar de distribuir voucher às famílias para a compra em supermercados.

A imposição do silêncio à participação e controle social das políticas públicas com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) afasta-nos da democracia e mostra que a agenda do DHAA não consta como prioridades do atual governo.

O CONSEA foi um dos pilares da concretização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Contribuiu ativamente para a aprovação da Lei 11.346 de setembro de 2006 e estabeleceu definições, princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Expressão dos ecos da cidadania, das vozes do campo, da floresta e da cidade, o CONSEA com sua composição de 2/3 de representantes da sociedade civil mostrou o sentido de uma sociedade pluriétnica que requer um espaço de concertação intersetorial entre estruturas de governo e sociedade para a definição de investimentos públicos para corresponder à valorização do caráter multidimensional da questão alimentar como política de Estado.

Entre seus legados distinguem-se a proposta do PAA, as mudanças do PNAE, o apoio ao Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa uma Terra e Duas Águas (P1+2); a inclusão, na Constituição brasileira, da alimentação como direito humano, em 2010; a defesa da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012. As mesas de controvérsias sobre temas de interesse da sociedade como os impactos dos agrotóxicos, de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e a questão da Reforma Agrária, da demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. A elaboração de propostas de política de agricultura urbana e de abastecimento alimentar colocou na pauta o desafio de construir a interação entre o direito à cidade e a questão alimentar. O CONSEA

também dedicou atenção sobre o papel de regulação do estado com relação à publicidade de alimentos para crianças, e rotulagem nutricional, que se relacionam com o controle da obesidade.

A prática do CONSEA, nos anos passados, mostrou que o país precisa de mais democracia para enfrentar a fome e a má alimentação. Neste momento da história, constituímos um coletivo de organizações da sociedade civil que está ativo, realizando um processo de mobilização da [Conferência Popular por democracia, direitos e soberania e segurança alimentar e nutricional](#) com incidência no Congresso Nacional, elaborando posicionamentos, aprofundando debates de vários temas em atividades virtuais e participando em campanhas

“ O contexto pré-pandemia já alertava sobre riscos dos sistemas alimentares dominantes. A Comissão de cientistas da Revista médica *The Lancet* fala de Sindemia Global, ou seja, a uniformização global de padrões de produção e consumo alimentar em consequência da interação de três fenômenos que geram ou agravam doenças em todo mundo: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas ”

O contexto pré-pandemia já alertava sobre riscos dos sistemas alimentares dominantes. A Comissão de cientistas da Revista médica *The Lancet* fala de Sindemia Global, ou seja, a uniformização global de padrões de produção e consumo alimentar em consequência da interação de três fenômenos que geram ou agravam doenças em todo mundo: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.

Em 2009, o relatório *“A agricultura em uma encruzilhada”* do importante Painel Internacional de Avaliação do Papel do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento (IAASTD, na sigla em inglês), composto por mais de 400 cientistas de todos os continentes, falou sobre a necessidade da substituição dos métodos da agricultura industrial por métodos que promovam a biodiversidade e beneficiem as comunidades locais. Afirma ainda que mais alimentos e de melhor qualidade podem ser produzidos sem que sejam destruídos os meios de vida rurais e os recursos naturais.



Na história recente, formaram-se os *impérios alimentares* de que nos fala Van der Ploeg que geram crises agrárias e alimentares permanentes, entrelaçando três processos: a progressiva industrialização da agricultura; a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados¹.

A pandemia chama atenção para esta realidade e sobre os vínculos entre a saúde humana e a nossa relação com a natureza. Convida-nos a aprofundar a análise de uma agropecuária industrial baseada no uso intensivo de fatores artificiais, tais como agrotóxicos, hormônios e antibióticos, que degradam, desmatam, contaminam e desumanizam com a desterritorialização. A emergência de agentes patógenos como a COVID-19 se conecta com o altíssimo desenvolvimento da criação industrial, em grande escala, com o confinamento de animais domésticos como frangos e porcos.

Há grandes desafios a enfrentar no debate e embate de propostas de cultivar, nutrir e se alimentar, especialmente no contexto de crescente mercantilização e artificialização da produção ao consumo. O modelo econômico hegemônico é baseado na ilusão de crescimento ilimitado que sistematicamente viola a integridade dos ecossistemas, expresso na visão de dominar e de subjugar a natureza. Mais recentemente, ganham terreno as chamadas *soluções baseadas na natureza* da Nova Economia Verde, atribuindo à natureza um valor monetário. Quantificação, apropriação e compensação são os métodos apregoados para soluções que atendem aos interesses de acumulação capitalista. Estamos também constatando a ideia de se afastar da natureza para preservá-la, com a proposta dos alimentos pós-agro, dos alimentos *plant-based meat*, que começam a disputar o mercado.

Como contraposição a Agroecologia como ciência e movimento social propõe o desenvolvimento de práticas de conexão com a natureza dos sujeitos de direito do campo, das florestas, das águas e das periferias urbanas. A territorialização dos sistemas agrícolas e alimentares biodiversos melhora a saúde, potencializa as economias locais, valoriza as culturas alimentares e a conservação e manejo de nossa biodiversidade para a defesa de nossa soberania alimentar. Mas falamos também das dimensões sociais e políticas da agroecologia, colocando no centro o caráter das relações sociais, questionando as desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais. Em sociedades patriarcais e racistas, o cuidado é sistematicamente desvalorizado e sua contribuição para a manutenção do sistema capitalista é invisibilizada. Por isso, a importância do sentido político da agroecologia em diálogo com os princípios e práticas dos movimentos feminista e anti-racista.

Finalizando, é importante lembrar, que em julho de 2018, o CONSEA recomendou ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), manifestar-se favorável à adoção da “Declaração de Direitos para Camponeses e Camponesas e outras pessoas que trabalham em áreas rurais”, do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A Resolução foi adotada pela Assembleia Geral em 17 de dezembro de 2018, lamentavelmente com a abstenção do Brasil, que em anos anteriores vinha se manifestando favoravelmente. Esta conquista dos movimentos sociais liderados pela Via Campesina nos vários países e continentes é resultado das lutas pela soberania alimentar e podemos associar ao sentido da frase recentemente afirmada pela liderança indígena Ailton Krenak: *o amanhã não está à venda*².

A INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME NO BRASIL:

para além dos dados da POF 2018

Ana Segall

Em setembro de 2020 o IBGE librou informações sobre a situação de segurança e insegurança alimentar o Brasil, que foram obtidas em inquérito de cobertura nacional pela Pesquisa de orçamento familiar POF-realizada entre julho de 2017 e julho de 2018. O objetivo central das POF é disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção dos moradores sobre sua qualidade de vida. Nesta edição da POF de 2018 foi incluída nos seus objetivos o estudo das condições de segurança e insegurança alimentar (SA/IA) da população, avaliadas por meio de aplicação da [Escala Brasileira de Medida Direta da Segurança/Insegurança Alimentar no Domicílio a EBIA](#)

1. Van der Ploeg – Sete teses sobre a agricultura camponesa, in Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro, Paulo Petersen (org.), Rio de Janeiro, ASPTA, 2009.

2. Krenak, Ailton – O amanhã não está à venda, Companhia das Letras, São Paulo, 2020.

Escala Brasileira de medida da Insegurança Alimentar;- EBIA

1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição , porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

A análise da situação de SA/IA, fornece informações estratégicas, para os múltiplos setores do Estado, que têm responsabilidade sobre a formulação e gestão de políticas e programas sociais, tanto por identificar e quantificar os grupos sociais em risco de IA quanto por permitir monitorar a situação e os impactos das intervenções setoriais. Neste contexto a EBIA é uma ferramenta com excelente relação custo-efetividade que vem sendo usada no Brasil, pelo IBGE e academia desde 2004.

A aplicação da EBIA e a análise de seus resultados, partir de pontos de cortes definidos, permitem identificar e classificar os domicílios em 4: categorias: 1) **Segurança Alimentar** que é o acesso pleno aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas -; 2) - **IA Leve** que mostra a ansiedade sobre possível incapacidade dos moradores de adquirirem alimentos suficientes . Nesta fase já começa

a haver comprometimento da qualidade da dieta, como resultado da estratégia de baixar a qualidade para manter a quantidade necessária. Se a situação que gerou modificação na alimentação da família não é resolvida a IA evolui para a condição seguinte. 3) **IA Moderada** quando a qualidade da dieta já está definitivamente afetada e há redução da quantidade de alimentos disponíveis, inicialmente para os adultos, na tentativa de garantir a alimentação adequada para as crianças e, por fim; 4) **IA Grave** quando os alimentos disponíveis na casa já não são mais suficientes para a alimentação da família e compromete inclusive a alimentação das crianças. A fome passa a ser uma rotina nestes domicílios por períodos que podem variar de muito frequentes, em episódios durante o mês, ou ao final de cada mês quando os recursos monetários ou outros já se tornaram escassos ou inexistentes.

A POF 2017-2018 avaliou 68,9 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, dos quais 63,3% estavam em situação de segurança alimentar (SA); Os demais 36,1% que estavam em insegurança alimentar (IA) 24% era de IA leve, 8,1 % IA moderada e 4,6% IA grave. O percentual de IA grave significa que em 3,2 milhões de domicílios, ou seus moradores, inclusive as crianças, passaram por privação alimentar e em alguma medida viveram a experiência da Fome. Como mostra a tabela abaixo essas condições de adversas de acesso aos alimentos penaliza mais as populações que vivem no campo.

SA/IA no Domicílio	Brasil %	Urbano %	Rural %
SA	63,3	64,9	53,6
IA Leve	24,0	23,5	27,2
la Moderada	8,1	7,5	12,2
IA Grave	4,6	4,1	7,1

Desigualdades de acesso aos alimentos

A POF 2017/2018 traz de volta a discussão das desigualdades no direito humano à alimentação adequada, que mesmo diante de [políticas promotoras de SAN](#), jamais haviam sido eliminadas e, mais recentemente, a partir de 2016, com a extinção e/ou redução dessas políticas 2016, continuaram sendo agravadas. Em 2017/2018 a proporção de domicílios com insegurança alimentar moderada e grave era respectivamente, no Norte 15% e 10,2%; no Nordeste 13,4% e 7,1%; no Centro-Oeste 7,3% e 4,7% no Sudeste estes percentuais caem para 5,8% e 2,9% e no Sul para 3,2% e 2,2%. Comparando com as regiões Sul e Sudeste, os domicílios da região Norte tinham mais de 4 vezes a proporção de IA grave e os do Nordeste mais de 3 vezes esta condição de convivência com o flagelo da fome. Olhando para a segurança alimentar, menos da metade dos domicílios das regiões Norte (43,0%) e Nordeste (49,7%) viviam com [acesso pleno e regular aos alimentos](#).

Outras condições de maior vulnerabilidade à fome podem ser vistas quando são analisadas algu-

mas condições sócio-demográficas. Raça/cor da pessoa de referência autodeclarada Preta ou Parda implica aumento em 2,5 vezes a chance de IA Grave, em relação aos brancos, na mesma condição. Mulher como pessoa de referência do domicílio aumenta a IA Grave em 1,4 vezes. Domicílios situados em área rural tem 2 vezes mais chance de viver a experiência da fome que os domicílios urbanos. A condição de maior vulnerabilidade e que engloba as anteriores é o rendimento das famílias. Estratificando por quintis de renda monetária mensal observamos que a chance de IA grave, portanto fome, nos domicílios mais pobres (1º quintil) é 32 vezes superior ao quintil de maior renda.

Despesas monetárias e não monetárias e sua relação com a AS/IA

Em 2017/2018 as despesas com Alimentação foram proporcional e progressivamente maiores, à medida que aumentava o grau de severidade de IA. Em domicílios em situação de SA, o percentual mensal das despesas com Alimentação foi de 16,3% em relação às despesas totais de consumo. Nos domicílios identificados com IA Leve, esse percentual foi de 20,5%, nos domicílios em IA moderada de 22,5% e nos domicílios em IA grave de 23,4%;

As despesas com alimentação competem com outros itens de necessidades básicas das famílias brasileiras, como por exemplo, habitação e transporte, situação que fica mais grave para ¼ da população brasileira que vive em situação de IA e que depende dos programas sociais de transferência de renda, para a realização de seus gastos essenciais. Essas são circunstâncias que deixam milhares de famílias em situação de pobreza com pouca flexibilidade nas suas opções alimentares. Observou-se nos resultados a POF 2017/2018 que, quanto maior a gravidade da IA, menor aquisição de frutas, carnes, aves e laticínios, [maior o consumo de itens básicos como arroz e feijão](#).

Caminho da segurança e insegurança alimentar entre 2004 e 2018

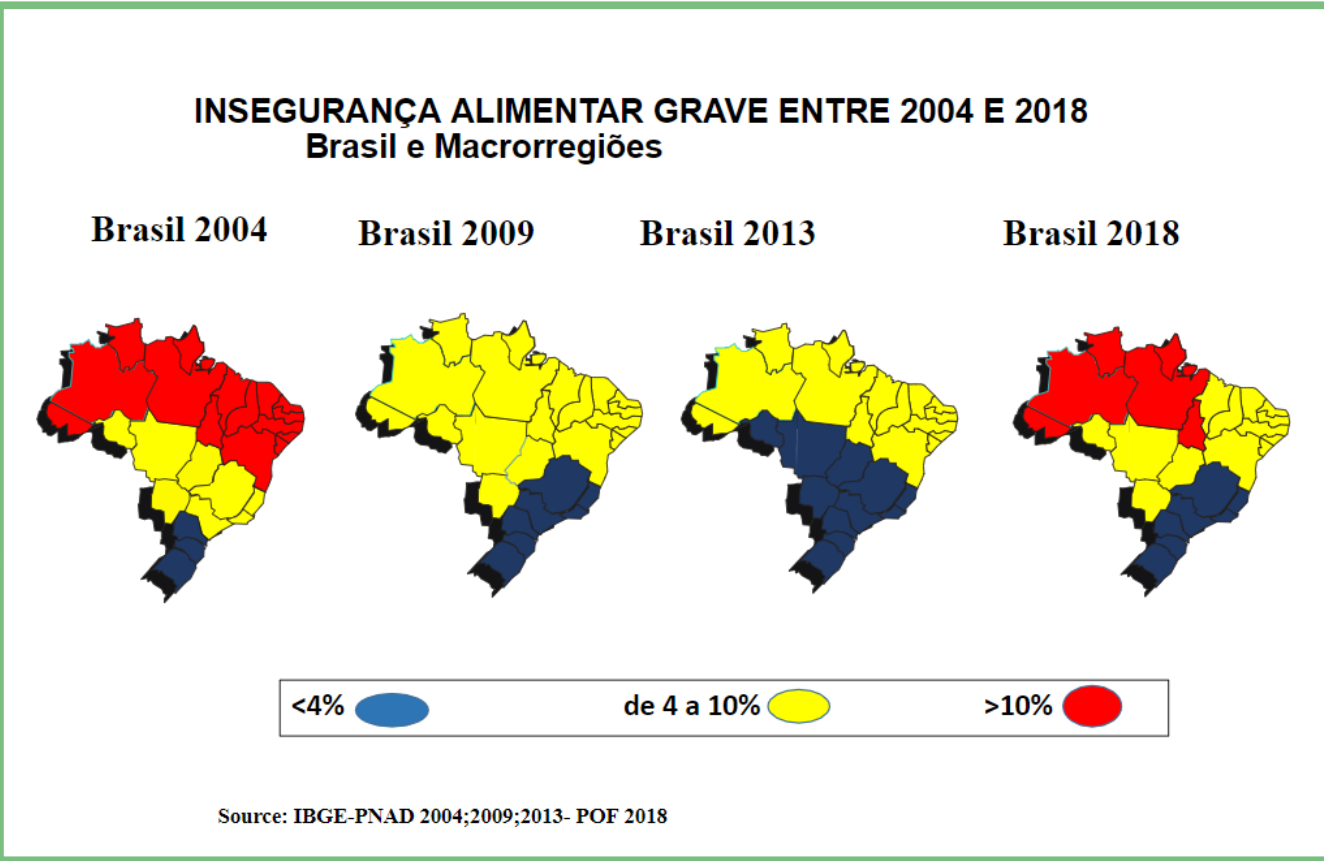
O período entre 2004 e 2013 foi marcado por políticas públicas que resultaram no aumento da capacidade das famílias de acesso aos alimentos e, conseqüentemente, [redução significativa da IA e da fome](#). Os resultados da POF 2017-2018 mostram inversão desse caminho, com redução da segurança alimentar para valores inferiores aos de 2004. Em 2017/2018 a POF revela que em 63,3% dos domicílios os moradores tinham acesso a alimentação adequada, essa proporção é inferior ao valor de 65% verificada de 2004, nestes 5 anos (2013-2018) a IA leve teve aumento de 62,2% a IA moderada de 76,1% e a IA grave de 43,7%. Portanto, e em relação ao direito humano à alimentação adequada o Brasil regrediu, 15 anos nos últimos 5 de desmonte das políticas de Estado, que incluem a garantia de trabalho e renda, políticas estruturantes para redução das desigualdades e das políticas públicas setoriais de promoção e proteção à SAN. O mapa ao lado mostra a evolução da ia grave ao longo estes últimos 20 anos.

Considerações Finais

Informações fornecidas pelas pesquisas por amostra de domicílios-PNAD, realizadas nos anos de 2004,2009,2013, mostram que é possível, por meio de políticas estruturantes e outras compensatórias promover o direito humano à alimentação adequadas, ou seja garantir o acesso aos alimentos, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos e, portanto, [reduzir a insegurança alimentar e fome no Brasil](#).

A POF, como de resto outros estudos populacionais no Brasil, apresentam algumas limitações que necessitam ser apontadas.

AA primeira delas, importante para o monitoramento da situação de fome, é o período muito longo entre um inquérito populacional e outro. No caso da SAN deixamos de ter dados oficiais a partir de 2016 e recuperamos as informações somente no ano de 2018 e, mesmo assim, com disponibilização de resultados atrasada em 2 anos. Faltam informações metodologicamente comparáveis com os inquéritos nacionais e que acabam sendo preenchidas por informações que mostram tendências históricas, porém apresentando valores de prevalências bastante diferentes daquelas obtidas em pesquisas oficiais. Além de faltar informações comparáveis no período de crises política e econômica, que se iniciam em 2015 e persistem até os dias atuais, ainda temos lacunas de conhecimento relativas ao impacto negativo da pandemia do COVID 19, sobre a SAN, que veio se sobrepor às duas anteriores. Estudo recente do UNICEF mostra que as mulheres responsáveis pelos domicílios, as crianças e adolescentes, e, também o [povo negro as maiores vítimas de toda e qualquer crise](#). A segunda lacuna, não menos importante que a primeira, é a completa ausência de informações sobre as condições de SAN/INSAN dos povos tradicionais, especialmente os indígenas e o povo preto dos quilombos. Há necessidade urgente de incorporação dessas populações nas estatísticas oficiais.





Alimentação Saudável e Sustentável e sua relação com a produção de alimentos

Suellen Secchi Martinelli e Suzi Barletto Cavalli
Universidade Federal de Santa Catarina

A humanidade enfrenta uma crise nutricional global com o problema da fome e da obesidade de maneira concomitante. Aliado às mudanças climáticas, esse cenário compõe uma situação de sindemia global que afeta toda a população (SWINBURN et al., 2019). Indicadores como o uso do solo, a perda da biodiversidade, o uso da água, a emissão de gases, as mudanças climáticas, a saúde e os custos econômicos mostram que a dieta mundial globalizada não está seguindo na direção sustentável (LANG, 2015).

Parte-se do princípio que uma alimentação só pode ser considerada saudável quando for sustentável. A alimentação não pode ser considerada saudável e nem sustentável se ela for composta por alimentos que utilizam mais energia para sua produção, que têm maior impacto ambiental, pois necessitam de maior extensão de terra para sua produção; ou ainda alimentos que não fazem parte da cultura alimentar da população, com sua produção ligada à exploração do trabalho. Também é possível afirmar que uma dieta com quantidades recomendadas de nutrientes não seja saudável se isso implicar o consumo de pouca diversidade de alimentos, produzidos com agrotóxicos, utilizando sementes geneticamente modificadas e comercializado por meio de cadeias longas.

Portanto, a alimentação saudável e sustentável deve estar relacionada à produção de alimentos que protegem a biodiversidade e promovem o consumo variado, resgatando alimentos, preparações e hábitos culturais tradicionais; aproximando a produção do consumo, ela deve ser acessível e disponível a todos, em quantidade e qualidade; baseada em alimentos produzidos e processados na região, seja por agricultores familiares, seja de maneira agroecológica e fundamentada na comercialização justa. Além disso, ela deve ser isenta de contaminantes físicos, biológicos ou químicos que causem malefícios a todos os envolvidos, de maneira aguda ou

crônica (MARTINELLI; CAVALLI, 2019). Assim, é importante discutir a relação da alimentação saudável e sustentável com a produção de alimentos e elencar estratégias para minimizar os impactos de saúde-nutrição, ambientais e sociais das formas de produção e consumo.

Profundas modificações nas formas de produção de alimentos foram observadas ao longo dos anos. Após a revolução verde, implementada na década de 1950 sob a justificativa de aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome, os modos de produção modificaram-se. Iniciou-se uma produção de larga escala com alta tecnologia, buscando a maior produtividade (CAVALLI, 2001). A agricultura moderna é caracterizada pelo uso intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas (GLIESSMAN, 2014).

A concentração de terras apresenta-se como um dos maiores desafios para a produção sustentável de alimentos no Brasil. Grandes áreas no país são destinadas principalmente para a criação bovina e monocultura de soja, milho e algodão, o que vem aumentando a desigualdade que caracteriza a propriedade da terra no Brasil. Segundo o Censo Agropecuário, realizado no ano de 2017, 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar (76,8% do total) e ocupam 80,9 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (BRASIL, 2017).

A criação animal para a produção de carnes e de produtos derivados está associada ao elevado impacto ambiental, contribuindo para as alterações climáticas, degradação do solo, emissão de gases, contaminação da água e perda da biodiversidade (RUVIARO et al., 2016). As questões atuais de consumo de alimentos sustentáveis têm sido focadas no clima, ou seja, em termos de emissão de gases de efeito estufa. Técnicas quantitativas muito usadas, como análise do ciclo de vida, possuem enfoque ambiental e muitas

vezes ignoram aspectos sociais, econômicos e de saúde-nutrição. Dietas com redução do consumo de carnes podem não ter efeitos positivos se não forem associadas a outros princípios da sustentabilidade global do sistema alimentar. Ou seja, reduzir o consumo de carne, mas consumir alimentos provenientes de sistema convencional de produção, que precisam ser transportados por longas distâncias, produzidos por grandes produtores em fazendas ligadas a desmatamento e exploração do trabalho, pode não ter o efeito desejado. Estudo comparando diferentes tipos de dietas com as formas de produção dos alimentos consumidos demonstrou que uma dieta onívora baseada em produtos orgânicos teve menor impacto ambiental que uma dieta vegetariana composta por alimentos produzidos de maneira convencional (BARONI et al., 2006).

Além das preocupações com a liberação de gases prejudiciais ao ambiente, a criação animal nos sistemas intensivos gera grande discussão pelo fato da alimentação ser baseada no milho e na soja, o que exige grandes áreas para o cultivo, além de potencialmente serem culturas transgênicas. Os subprodutos dessas culturas também são muito usados pela indústria alimentícia pelo seu reduzido custo e pelas características positivas no processamento dos alimentos.

A produção de transgênicos tinha como objetivo a redução dos custos, pois iria depender de menos insumos para o plantio, como os agrotóxicos. No entanto, análises demonstram que o uso total de agrotóxicos no Brasil aumentou 1,6 vezes entre os anos de 2000 e 2012 (ALMEIDA et al., 2017). As maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com as regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz (CARNEIRO et al.,

2015), com destaque para a cultura de soja, que aumentou a utilização de agrotóxicos em mais de 3 vezes de 2000 a 2012 (ALMEIDA et al., 2017). Desse modo, cresce a produção de transgênicos e de agrotóxicos no Brasil.

Atualmente, estão autorizadas em âmbito nacional o cultivo de culturas de soja, milho, algodão e feijão transgênicos, além de leveduras. Desses, somente o feijão ainda não está sendo comercializado. Aproximadamente 97% da soja, 89% do milho e 84% do algodão produzidos no Brasil são transgênicos (JAMES, 2018). Como pode ocorrer a contaminação dos alimentos convencionais por transgênicos em toda a cadeia produtiva, desde a produção, durante o armazenamento e até o processamento, o percentual que chega ao consumo é possivelmente 100%.

A produção e o consumo de agrotóxicos e de transgênicos vêm sendo relacionados com impactos ambientais, sociais e de saúde, como problemas neurológicos, alterações hormonais, infertilidade e câncer (FRIEDRICH, 2014). A produção de transgênicos apresenta alto risco à sustentabilidade do sistema agroalimentar principalmente pela perda da biodiversidade, pelo uso de agrotóxicos e pela contaminação de sementes crioulas (NODARI; GUERRA, 2001). Diante desse cenário, deve-se preferir os alimentos orgânicos de base agroecológica para evitarmos o risco do consumo de alimentos produzidos de forma convencional e com tecnologia transgênica, que são considerados inseguros. Dessa forma estaremos aplicando o princípio de precaução¹.

Para a nutrição, um importante embasamento para o consumo de alimentos orgânicos é a superioridade da qualidade nutricional quando comparado aos alimentos convencionais. Alimentos produzidos de maneira orgânica contêm mais

níveis absolutos e conteúdo total de micronutrientes, polifenóis, ácidos fenólicos, isoflavonas, estilbeno e antocianinas. Além disso, o nível de cádmio e metal pesado tóxico nos alimentos convencionais é duas vezes maior que nos alimentos orgânicos. Pesquisadores sugerem que o consumo de alimentos orgânicos aumentaria de 20 a 40 % a ingestão de antioxidantes (BARAŃSKI et al., 2014).

Ainda é comum o discurso sobre a baixa produção de alimentos orgânicos para alimentar toda a população. Com o advento da agroecologia, esse discurso não se sustenta. Estudos vêm demonstrando que, com boas práticas de gestão, tipos de culturas específicas e condições de crescimento (SEUFERT et al., 2012), rotação de culturas, gestão de pragas, diversificação agrícola e pecuária, melhoras na condição do solo a partir de uso de compostagem e adubação verde (REGANOLD; WACHTER, 2016), os sistemas orgânicos podem coincidir com os rendimentos convencionais. Esse tipo de sistema pode ser observado quando são aplicadas práticas agroecológicas de plantio.

Assim, a defesa da agroecologia é de suma importância para saúde-nutrição, pois se refere a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2014). A agroecologia aparece como um novo caminho para a produção de alimentos e, consequentemente, para uma alimentação saudável e sustentável. Ela busca soluções para integrar a economia e a comercialização local, auxiliando na melhoria da qualidade de vida dos agricultores e em melhores meios de subsistência (FAO, 2017). A agricultura familiar é o segmento capaz de abrigar o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável em função de suas características de produção diversificada, integrando atividades vegetal e animal, além de trabalhar em menores escalas e aproximar a produção do consumo (circuito curto). Mais

“
**A agricultura familiar
é o segmento
capaz de abrigar
o desenvolvimento
de uma agricultura
ambientalmente
sustentável,
socialmente justa
e economicamente
viável em função de
suas características
de produção
diversificada,
integrando atividades
vegetal e animal,
além de trabalhar
em menores
escalas e aproximar
a produção do
consumo**
”

1. O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Organização das Nações Unidas estabelece o princípio da precaução, o qual preconiza a tomada de medidas para evitar potenciais riscos que, de acordo com o estado atual do conhecimento, ainda não possam ser cientificamente comprovados (SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 2000).

de 10 milhões de pessoas estão vinculadas à agricultura familiar (BRASIL, 2017) e são responsáveis pela produção da maioria dos alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca, batata e vários tipos de legumes, verduras e frutas.

Por fim, destaca-se que para alcançar uma alimentação saudável e sustentável é fundamental mudanças nos sistemas agroalimentares, tanto em relação às formas de produção, processamento e comercialização, quanto aos padrões de consumo. A Figura 1 expressa de maneira esquemática a operacionalização em cada uma dessas etapas e pode servir de subsídio para escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Na base da alimentação devemos considerar e priorizar a diversidade de alimentos, com consumo de todos os grupos alimentares. A partir disso, sugere-se uma hierarquia para cada etapa, considerando que os modelos do topo devem ser evitados. Um exemplo de alimentação saudável e sustentável está situado na base da figura. A alimentação deve ser composta por alimentos de todos os grupos, baseado na diversidade, produzidos seguindo os preceitos agroecológicos, adquiridos frescos diretamente de produtores familiares, para o preparo de refeições culturalmente referenciadas (MARTINELLI, CAVALLI, 2019).

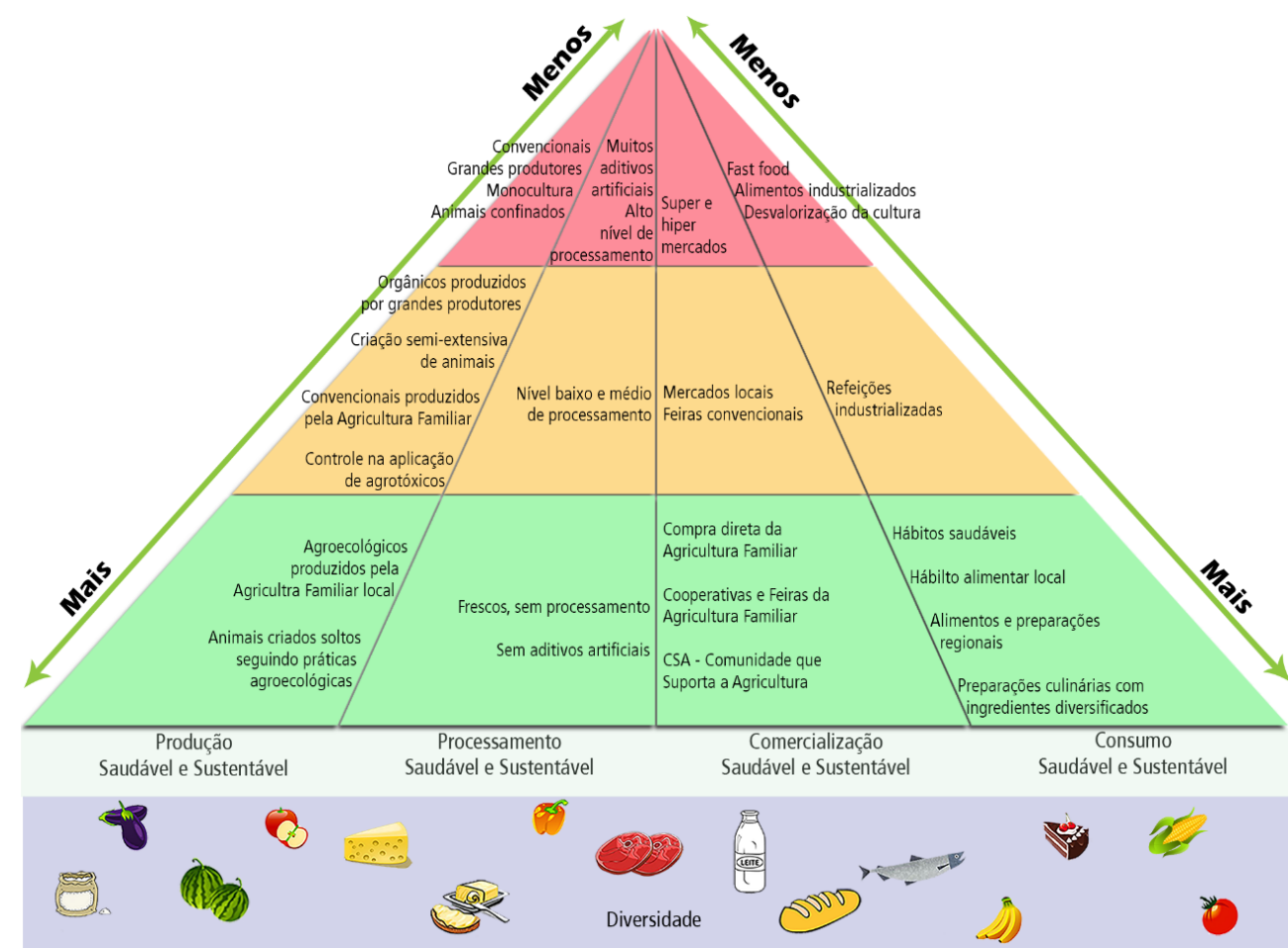


Figura 1: Operacionalização da Alimentação Saudável e Sustentável
Fonte: Martinelli; Cavalli, 2019

Referências

ALMEIDA, V. E. S. D.; FRIEDRICH, K.; TYGEL, A. F., et al. Use of genetically modified crops and pesticides in Brazil: growing hazards. **Cien Saude Colet**, v.22, p.3333-3339, 2017.

BARAŃSKI, M.; ŚREDNICKA-TOBER, D.; VOLAKAKIS, N., et al. Higher antioxidant and lower cadmium concentrations and lower incidence of pesticide residues in organically grown crops: a systematic literature review and meta-analyses. **Br J Nutr**, v.112, n.5, p.794-811, 2014.

BARONI, L.; CENCI, L.; TETTAMANTI, M., et al. Evaluating the environmental impact of various dietary patterns combined with different food production systems. **Eur J Clin Nutr**, v.61, n.2, p.279-286, 2006.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017. Resultados Definitivos**. IBGE, 2017. Available from: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 march.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. D. S.; RIGOTTO, R. M., et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015.

CAVALLI, S. B. Segurança alimentar: a abordagem dos alimentos transgênicos. **Rev Nutr**, v.14, n.supl, p.41-46, 2001.

FAO. **Agroecology: Overview**. 2017. Available from: <http://www.fao.org/agroecology/overview/en/>. Acesso em: 20 out.

FRIEDRICH, K. FIOCRUZ. **Parecer técnico: Avaliação dos efeitos tóxicos sobre o sistema reprodutivo, hormonal e câncer para seres humanos após o uso do herbicida 2,4-D**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em. Acesso em.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. CRC Press, 2014.

JAMES, C. INTERNATIONAL SERVICE FOR THE ACQUISITION OF AGRI-BIOTECH APPLICATIONS/ISAAA. **Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2018**. . NY: Ithaca, 2018.

LANG, T. Sustainable Diets: another hurdle or a better food future? **Development**, v.57, n.2, p.240-256, 2015.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Cien Saude Colet**, v.24, n.11, p.4251-62, 2019.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. Avaliação de riscos ambientais de plantas transgênicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.18, n.1, p.81-116, 2001.

REGANOLD, J. P.; WACHTER, J. M. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature Publishing Group**, v.2, n.2, p.1-8, 2016.

RUVIARO, C. F.; DA COSTA, J. S.; FLORINDO, T. J., et al. Economic and environmental feasibility of beef production in different feed management systems in the Pampa biome, southern Brazil. **Ecological Indicators**, v.60, p.930-939, 2016.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Cartagena Protocol on Biosafety to the Convention on Biological Diversity**. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2000.

SEUFERT, V.; RAMANKUTTY, N.; FOLEY, J. A. Comparing the yields of organic and conventional agriculture. **Nature**, v.485, n.7397, p.229-32, 2012.

SWINBURN, B. A.; KRAAK, V. I.; ALLENDER, S., et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **Lancet**, v.393, n.10173, p.791-846, 2019.



Contribuição de Josué de Castro para uma estratégia coletiva de enfrentamento da Fome e a Desnutrição no Brasil e no mundo

Flavio Luiz Schieck Valente

Sinto-me profundamente honrado em haver sido convidado a participar desta celebração da vida de Josué de Castro. Eu adotei Josué como mentor intelectual em um momento crucial de minha vida em que eu não sabia bem o que fazer dela. Paulista, nascido de uma família pernambucana de classe média alta, conservadora e falida, com fortes laços familiares com a monarquia colonial e brasileira, e com a nascente ditadura militar, pouco dava atenção ao que estava acontecendo no mundo e no Brasil. Minha vida era dedicada ao estudo e a música. Inicialmente empolgadíssimo com a aprovação para a gloriosa Faculdade de Medicina da USP, dediquei-me desde os primeiros dias de aula à construção de meu sonho: tornar-me pediatra. Fiz um estágio na Puericultura, onde tive a oportunidade de acompanhar o atendimento dado crianças em fase de crescimento e desenvolvimento, todas elas paupérrimas e que descobri que nem cresciam nem se desenvolviam corretamente. Os colegas internos e residentes descreviam o quadro clínico, e lamentavam que pouco podiam fazer porque as famílias não tinham recursos para comprar os remédios e muito menos os alimentos necessários. Eram pobres, desempregados, analfabetos, “ignorantes”, segundo meus preceptores, e a quase totalidade nordestinos retirantes, buscando em São Paulo alternativas de vida. Busquei saber quando tínhamos uma disciplina sobre nutrição e descobri que não tínhamos, a não ser o que aprenderíamos sobre puericultura e na matéria sobre Fisiologia humana. Incrível, 6 anos de aulas tempo integral e nenhuma prioridade ao estudo de uma patologia que afetava mais de metade da população. Essa “desatenção” que era dada ao problema da fome, segundo Josué, era fortalecida pela própria incapacidade e visão limitada da produção científica do período sobre a problemática:

“Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema”.

Estamos falando de 1967/68, em casa meus pais agradeciam a Deus pelas medidas adotadas pelo governo Militar que haveria “salvo o Brasil dos comunistas” e estava colocando o Brasil nos eixos, orgulhosos do tio Marechal presidente. Meu pai, um brilhante engenheiro químico que havia ido a falência e perdido tudo há dez anos depois de uma fugaz experiência como empresário owenita, não estava menos agradecido como gerente de vendas e futuro vice presidente, da nascente sucursal da Monsanto no Brasil. Nas ruas, pela primeira vez eu começava a prestar atenção nas manifestações contra a ditadura e nas favelas, nos mendigos, nos trabalhadores da construção civil, que se confundiam com meus pirralhos que cismavam em morrer de diarreia, pneumonia e sarampo. Em um de meus plantões na Unidade Pediátrica de Emergências Clínicas, três pacientes, que tinham acabado de chegar do Nordeste em um pau de arara, foram a óbito enquanto tentávamos hidrata-los, alimentá-los e examina-los. O mais velhinho, um menino de 7 anos, que parecia ter 3, não conseguia sequer ficar de pé e repetia uma única palavra, abacaxi. Depois ficamos sabendo que esta era a carga do caminhão no qual ele e sua família haviam viajado 10 dias antes de chegar a São Paulo. Este tinha sido o único alimento ingerido por ele no período. Ele morreu nos meus braços. Eu fui para o banheiro e chorei bem uma meia hora e sai do hospital decidido a largar medicina e quem sabe mesmo a vida.

Nada fazia sentido. Aos dezoito anos eu descobria o mundo real, e que ele não era nada parecido com aquele para o qual eu havia sido preparado pela família e pelas escolas de elite em que havia estudado. Foi neste momento que Josué surgiu na minha vida. Descobri a realidade da fome no Brasil, retratada de forma clara e honesta e descobri também que os livros de Josué estavam proibidos e que eu corria risco de ser preso se pego com seus livros na mão. Descobri que a fome era subversiva, e não era estudada na faculdade de medicina. Todos tinham o direito de passar fome, mas a fome continuava a ser um tabu no país do futuro, era proibido falar dela. Decidi que queria ler mais sobre o sanitarismo e estudar endocrinologia, únicas portas abertas para o estudo da nutrição. Agora as vozes das ruas, das manifestações passavam a fazer mais sentido e eu entendi que havia encontrado meu norte, mas que não ia ser fácil. Eu ia ter que aprender a andar na corda bamba, e aprendi, mas acabei exilado como Josué. Por estas coincidências da vida, fui preso e exilado no ano em que Josué morre, de banzo segundo amigos e familiares, em 1973.

Ecoavam em minha mente as palavras de Josué no prefácio da primeira edição do Geografia da Fome, de 1946 (CASTRO, 1946:15): “O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização.”

Após terminar minha residência médica nos EEUU, segui a orientação de Josué fiz um Mestrado em Saúde Pública com concentração em Nutrição, na escola de saúde pública de Harvard. Eu entendia, como Castro, que a questão alimentar tinha que ser analisada a partir de uma abordagem multidisciplinar que levasse em conta determinantes econômicos, sociais, territoriais, climáticos, culturais e de



Josué de Castro

imagem disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lancado-geografia-da-fome>
acesso em 14 de outubro de 2020

saúde, e no âmbito dos fenômenos coletivos, mais que individuais. Engajei-me em um projeto de pesquisa sobre a ecologia da fome e o impacto da introdução de inovações tecnológicas na agricultura sobre a prevalência da fome em diferentes países. O projeto coordenado por dois geneticistas populacionais, dedicados ao desenvolvimento de modelos matemáticos representando o impacto ecológico e humano de novas tecnologias agrícolas, surgia como reação à instalação do primeiro laboratório na Universidade de Harvard dedicado ao desenvolvimento de sementes transgênicas nos EUA, na primeira metade dos anos 70. Minha parte da pesquisa era dedicada a analisar o impacto da recente introdução e expansão acelerada da monocultura da soja no cerrado brasileiro, com o consequente despejo de milhões de famílias de agricultores de subsistência para os já superlotados centros urbanos.

Em 1979, atraído pela perspectiva da redemocratização, aceitei convite para trabalhar no Mestrado em Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da UFBA. Na realidade eu queria voltar para o Departamento de Nutrição da UFPE, atraído pelo trabalho desenvolvido por Malaquias Batista, entre outros, na esteira do trabalho de Castro e Nelson Chaves, mas não deu certo. Mais uma vez inspirado em Castro, dediquei-me a um estudo sobre as condições alimentares e de vida das classes trabalhadoras de Salvador. Em paralelo a isto, colaborei na construção da Associação Baiana de Profissionais de Saúde Pública, do CEBES, da ABRASCO, da ANDES e de um movimento popular embrionário de combate a fome. O objetivo central era tirar a fome da clandestinidade. A palavra e o estudo de suas causas reais haviam sido reprimidos nas duas décadas de governo militar. Mas a fome campeava, e finalmente vinham a público os resultados de estudo sobre a situação alimentar e nutricional (ENDEF) que havia sido realizado em 1974/75 e cujos dados haviam sido mantidos a sete chaves até então.

E o mais alarmante é que as críticas de Castro, feitas no imediato pós-guerra, continuavam válidas quando aplicadas ao período de redemocratização (CASTRO, 1946:15):

“Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalham para escamotear o fenômeno da fome no panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo, interessava que a produção, a distribuição e o consumo de produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos - e não como fatores intimamente ligados aos interesses da Saúde Pública”.

Em 1982, aprovado em concurso público na UFSC, aceitei o desafio de colaborar na construção do Departamento e curso de Nutrição daquela Universidade. A partir desta nova base, continuamos o trabalho de mobilização contra a fome, e eventualmente fui convidado a compor o Comitê Científico Assessor do Instituto Nacional de Nutrição, onde voltei a ter a oportunidade de trabalhar com Malaquias Batista e de conhecer funcionários de diferentes órgãos governamentais que lidavam com diferentes componentes de políticas públicas que lidavam direta ou indiretamente com a área de alimentação e nutrição. Progressivamente houve uma aproximação entre os movimentos sociais e entidades que lutavam pela reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, como a CONTAG, a FASE, a ASPTA, e o recém criado MST, com entidades da sociedade civil lutando por empregos, direitos humanos e pela realização de uma assembleia constituinte, e com funcionários de governo no âmbito federal, estadual e municipal que defendiam propostas semelhantes. Este era um espaço fértil para a germinação das ideias de Josué de Castro.

No bojo do processo de luta pela constituinte, pipocam propostas de revisão das Políticas de Alimentação e Nutrição coordenadas pelo INAN, com objetivo de superação das práticas assistencialistas de distribuição de cestas e introdução de políticas estruturantes de reforma agrária, crédito rural para pequenos proprietários, demarcação de terras indígenas, instituição de uma política integrada de abastecimento alimentar e revisão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para retirá-lo das garras da indústria de alimentos processados mediante a introdução de um cardápio baseado em alimentos frescos de produção local e adequados aos hábitos alimentares regionais e diferentes culturas alimentares existentes no país.

“

O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização

”

Surgem as primeiras propostas de instituição de uma Política de Segurança Alimentar, inspirada na experiência acumulada pela FAO, de certa forma inspirada pela liderança de Josué.

Em 1986, realizamos, no bojo do processo da 8ª Conferência Nacional de Saúde, pré-constituente, com o apoio do INAN, intermediado pelo Comitê Científico assessor do órgão, a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que eu tive a honra de coordenar. Simbolicamente a conferência foi conduzida no auditório Josué de Castro, no INAN, em Brasília. Esta Conferência, que reuniu funcionários de governo e representantes da sociedade civil das mais diferentes áreas de atuação e conhecimento relacionados ao tema produziu um relatório robusto que delineava uma Política de Alimentação e Nutrição abrangente e integrada, voltada para o respeito e a garantia do Direito Humano à Alimentação de todos e todas os/as habitantes do território nacional. O relatório propunha medidas nas áreas de disponibilidade interna de alimentos (política agrária, agrícola, de abastecimento e comercialização de alimentos, política de abastecimento, armazenagem e estoque regulador), consumo de alimentos (Pleno emprego e distribuição de renda, revisão do salário mínimo, salário desemprego, obrigatoriedade de concurso público, rotulagem de alimentos, controle do uso de agrotóxicos, subsídio à alimentação básica, defesa do consumidor, regulação de propaganda de alimentos) e instituição de uma Política de Alimentação e Nutrição e de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição integrado a um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Também eram previstas medidas relacionadas ao enfrentamento das carências nutricionais específicas, denominadas por Josué, fome oculta. Estas incluíam atividades de suplementação, de garantia do direito da mãe e da criança ao aleitamento materno, alimentação do trabalhador, suplementação alimentar, PNAE. E finalmente, uma política de atendimento básico de saúde. (VALENTE, 1986)

Em 1990, um grupo menor, liderado por José Gomes, fundador da Associação Brasileira pela Reforma Agrária, foi chamado a contribuir na elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a convite do Governo Paralelo, instituído por Luiz Inácio Lula da Silva, como mecanismo de monitoramento do governo de Collor de Mello. Este grupo, composto por Renato Maluf, Chico Menezes, Jose Roberto Escórcio, José Graziano e eu, elaborou uma proposta detalhada de Política de SAN, baseada no documento de 1986, propondo a constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN).

Em maio de 1992, em meio a denúncias de corrupção no seio do governo de Collor de Mello, explode a mobilização popular em torno do Movimento pela Ética na Política, coordenado por Betinho. Com o impeachment de Collor, Itamar Franco assume em Março de 1993 e decide instituir o Conselho Nacional de segurança alimentar proposto pelo governo paralelo e chama Lula para presidi-lo. Lula não aceita e indica Betinho, que por sua vez recusa e sugere o nome de Dom Mauro Morelli para a presidência do conselho.

49

48

Tive a honra de assessorar Dom Mauro, durante seu mandato na presidência, que terminou com a extinção do conselho por Fernando Henrique, em janeiro de 1995. Em março de 1993, o IPEA publica o Mapa da Fome que expõe a chaga da nação: 32 milhões de brasileiros/as conviviam então com a fome no dia a dia. Em paralelo, a partir do movimento pela ética na política é criada a Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela vida, coordenada por Betinho e envolvendo mais de 5700 comitês locais autônomos, permeando de maneira notável a sociedade brasileira.

Impressionante é constatar a atualidade das palavras de Josué de Castro emitidas em 1946, quando aplicadas ao momento pós-Collor ou mesmo ao momento atual:

A própria ciência e a técnica ocidentais, envaidecidos por suas brilhantes conquistas materiais nos domínios das forças da natureza, humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições da vida humana no nosso planeta e, com o seu reticente silêncio sobre o assunto, faziam-se consciente ou inconscientemente cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas permanentemente dentro do círculo de ferro da fome. (CASTRO, 1946: p.16)

Não é exagero dizer que o ideário e a obra de Josué de Castro orientaram o trabalho desenvolvido pelo CONSEA que levou à realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, que aprovou um conjunto de diretrizes para uma Política Nacional de Segurança Alimentar que recebeu continuidade no trabalho desenvolvido pelo CONSEA Minas Gerais, sob a coordenação de Dom Mauro Morelli, com subsídios e apoio do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional fundado em 1998, hoje conhecido por Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança alimentar e Nutricional.

Reinstituído em 2003, com a eleição do Presidente Lula, o OONSEA passa a ter um papel central na elaboração, aprovação, coordenação, implementação e monitoramento da Política de SAN e da aprovação e constituição do SISAN, a partir da aprovação da Lei Orgânica de SAN, em 2006, e contribui para a inclusão do direito humano a alimentação no artigo 6 da Constituição Federal como direito fundamental. Consolidava-se em grandes linhas o sonho de Josué de Castro de ver o Brasil orientado por uma política abrangente de Segurança Alimentar e Nutricional. De 2003 a 2015 o Brasil experimentou pela primeira vez em sua história uma redução nas desigualdades e uma redução significativa na prevalência da insegurança alimentar e nutricional o que propiciou a saída do país do mapa da fome da FAO em 2014.

A experiência do Brasil com a estratégia fome Zero projetou o país na esfera internacional o que acabou por alçar um representante brasileiro a chefiar o escritório regional da FAO para a América Latina e posteriormente para a posição de Diretor Geral da FAO. Graziano, na direção da FAO, conseguiu incorporar a meta de Fome Zero como objetivo de desenvolvimento sustentável, na agenda 2030.

Infelizmente, tanto na esfera nacional como internacional, a perspectiva de erradicação da fome, sonho que compartilhamos com Josué continua a estar distante, seja pela clara política de fome antipopular instituída pelo governo Bolsonaro, que associa o congelamento dos investimentos sociais, um desmonte das políticas trabalhistas e sociais, inclusive da política de SAN, com um ataque frontal ao acesso ao território por parte de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, e pela desastrosa indução à ocupação predatória da Amazônia e ao uso abusivo de agrotóxicos, seja pelo fracasso global das políticas neoliberais em promover um desenvolvimento humano sustentável e equitativo. Sem falar do impacto monumental que a pandemia do COVID 19 que está levando bilhões de seres humanos ao empobrecimento agudo com um aumento significativo da prevalência da fome no mundo inteiro, especialmente frente a resposta totalmente insuficiente dos atores governamentais e da comunidade internacional.

Frente a tudo isto, ainda ressoa convincente o alerta de Josué:

“Formou-se o mito da riqueza, ou melhor do crescimento da riqueza (...) maximizando a produtividade da mão-de-obra e do capital, chegar-se-ia a promover a generalização do pro-

gresso e da riqueza. Esta distribuição da riqueza far-se-ia automaticamente por esta força que Adam Smith chamava a ‘mão invisível’ que, numa economia liberal do laissez-faire se ocuparia de promover o equilíbrio econômico do mundo. (Castro, 1984:88)

“A ‘mão invisível’ nunca agiu no interesse da humanidade e a mão visível dos grupos dominantes e privilegiados sempre monopolizou os benefícios, deixando na miséria, desamparadas, as grandes massas marginalizadas” (Ibid., p.88).

Concordando com a autora de uma releitura de Josué de Castro:

“Neste sentido, a alimentação não requer soluções assistencialistas e, portanto, estas medidas não têm destaque em sua obra, sobretudo quando representam ações isoladas. Para Josué de Castro, trata-se de encontrar formas de execução de uma política econômica com caráter redistributivo e que minimize as desigualdades sociais. O crescimento econômico, por si só, não garante a melhoria dos níveis de vida da população. Apesar de a manutenção de baixos índices de produtividade constituir um sério obstáculo à transformação do quadro de fome, é necessário, sobretudo, a permanência de mecanismos claros de intervenção na economia que se reflitam no acesso da população aos bens produzidos. Para ele, a força motriz deste processo de crescimento econômico com impacto positivo nas condições de vida é o compromisso com os valores humanos” (MAGALHÃES, 1997).

Desta forma, a memória e a obra de Josué continua a nos provocar e impulsionar em direção à busca do cumprimento da missão de colocar as políticas públicas a serviço da garantia da dignidade humana e do direito humano de cada um/a e cada qual a uma alimentação e nutrição adequadas.

Ao celebrar a vida e a obra de Josué reassumimos e instamos nossos jovens a seguir carregando a tocha da indignação contra a fome, que Josué tão diligentemente alimentou. Que a energia vibrante de Josué continue a orientar nosso caminho e que possamos ter, como ele falou, *“a consciência universal de que atravessamos uma hora decisiva, na qual só reconhecendo os grandes erros de nossa civilização podemos reencontrar o caminho certo e fazê-la sobreviver à catástrofe”*.

**“Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”**

Literatura consultada

CASTRO, J. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946

CASTRO, J A explosão demográfica e a fome no mundo. Revista Divilità delle Machine, julho-agosto, 1968. In: *Fome, Tema Proibido - Últimos Escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MAGALHÃES, R. *Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 92 p. ISBN 85-85676-35-3. Available from SciELO BooksAt <http://books.scielo.org>.

VALENTE, FLS. Relatório da Conferencia Nacional de Alimentação e Nutrição (1986).Brasília, INAN, 1986.



A AGROECOLOGIA COMO CAMINHO PARA SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

André Campos Burigo
Marcelo Firpo de Souza Porto



Dia Mundial da Alimentação é celebrado no dia 16 de outubro, uma referência à fundação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que completa 75 anos em 2020. A data busca promover reflexões sobre o direito humano à alimentação adequada e mobilizar o conjunto dos países para a superação da fome, da desnutrição e da pobreza através de ações que possibilitem avanços na direção da garantia de alimentação saudável, acessível e de qualidade.

Em 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Assembleia Geral e reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Comprometeram-se em tomar medidas ousadas e transformadoras nos próximos quinze anos, medidas essas organizadas em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas associadas que compõem a Agenda 2030. “Fome Zero e Agricultura Sustentável” é o segundo dos ODS (Agenda 2030, 2020).

Cinco anos após o mundo se comprometer em acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição, os dados indicam que não há o que se comemorar, pelo contrário. O relatório anual sobre “o estado da segurança alimentar e nutricional no mundo”, publicado pela FAO em 2020 apresenta um conjunto de dados que revelam que o número de pessoas afetadas pela fome tem aumentado lentamente desde 2014.

Tem havido uma reversão das expectativas nutridas com o crescimento econômico em continentes como América Latina, África e Ásia, assim como o desenvolvimento de políticas sociais e redistributivas que melhoraram diversos indicadores sociais, econômicos, educacionais e de saúde. Os últimos anos deixam claro a descontinuidade dos resultados positivos alcançados pelo Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) estabelecidos pela Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000 para serem atingidos até 2015. O país superou sete das oito

metas previstas, faltando apenas atingir os objetivos relacionados à oferta de água e saneamento básico inserida no eixo ambiental.

As estimativas para 2019 indicam que havia 690 milhões de pessoas sofrendo com a fome no mundo e, se continuar a tendência entre 2014 e 2019, o número de pessoas afetadas pela fome deve superar os 840 milhões em 2030. Levando em consideração o total de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, as estimativas indicam que dois bilhões de pessoas no mundo, em 2019, não dispunham de acesso regular a alimentos saudáveis, suficientes e nutritivos. Agrava essa situação as repercussões socioecômicas e sanitárias da Covid-19, que provavelmente impactará mais ainda o estado nutricional dos grupos populacionais mais vulneráveis. Estima-se que, dentre os efeitos negativos da pandemia de Covid-19, poderá haver um aumento entre 83 a 132 milhões do número de pessoas em situação de fome no mundo em 2020 (FAO, 2020).

O referido relatório, com o título “*Transformando os sistemas alimentares para que promovam dietas acessíveis e saudáveis*”, também apresenta estimativas de que mais de 3 bilhões de pessoas no mundo não possuem recursos para pagar por dietas saudáveis, que custam, em média, cinco vezes mais que as dietas que só atendem as necessidades energéticas por meio de alimentos ricos em amido e pobres em nutrientes (FAO, 2020). Trata-se de um indicador importante para caracterizar a grave situação de insegurança alimentar existente no planeta.

A origem do conceito de ‘sistemas alimentares’ é creditada ao Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social na década de 1970, que o define como “conjuntos complexos de ações e interações humanas que afetam a produção, a circulação, transformação, comércio e consumo de alimentos” (Chonchol, 1989, p. 24). Jacques Chonchol, que foi Ministro da Agricultura do Chile durante o governo Salvador Allende, localiza o surgimento do conceito no contexto da crise alimentar mundial de 1972, que

desdobrou na “Conferência Mundial de Alimentos”, realizado em Roma, em 1974. Esta contou com representantes de 130 países que, por unanimidade, aprovaram a “Declaração Universal para Eliminação Definitiva da Fome e da Desnutrição” (Ibid).

No livro “O Desafio Alimentar: a fome no mundo”, lançado em português em 1989, Chonchol (1989, p. 23) recupera as preocupações internacionais sobre a “crise alimentar” nas décadas de 1970 e 1980. Segundo o autor, apesar de numerosos cientistas e especialistas reconhecerem o problema em sua complexidade, para o qual interagem fatores econômicos, sociais, culturais, demográficos e políticos, a maioria das estratégias propostas para resolver a crise dos alimentos foram “simplificadoras ao extremo”. Insistia-se majoritariamente, entre os tomadores de decisão dos organismos nacionais e internacionais, na retórica da tese malthusiana de que a causa da fome estava relacionada ao aumento da população mais rápido que o crescimento da produção de alimentos, o que concentrou as estratégias em uma perspectiva produtivista, de intensificação e estímulo a uma agricultura industrial.

Essa foi a chave para a intensificação da chamada revolução verde, chavão propagandístico para anunciar a expansão da agricultura capitalista industrial como resposta para a superação da fome. O moderno agronegócio daí resultante resultou no aumento do comércio de *commodities* agrícolas, que tomou dimensões gigantescas em países como o Brasil, dada a oferta de terras agricultáveis e a história colonial das *plantations*. “Modernizaram” os monocultivos de grãos e capim para pastagem com aumento da concentração fundiária, tornando o país não apenas um dos maiores fornecedores de soja e carne no mercado global, mas também no consumo de agrotóxicos.

Chonchol (1993) avança em uma formulação sobre sistema alimentar, que pode ser mais ou menos complexo a depender da distância entre produtores e consumidores e o número de passagens por intermediários diversos (comerciantes, industriais, transportadores). Dessa forma,

os sistemas alimentares podem ser constituídos por circuitos alimentares diversos e superpostos, os quais podem formar desde um modelo de comunidades camponesas vivendo em autoconsumo numa agricultura de subsistência, passando por circuitos de mercados locais, regionais e/ou nacionais, com transformação dos alimentos ou não. Em escalas maiores podem ser formados circuitos de economias planificadas (com maior intervenção do Estado) e/ou circuito internacional, caso típico do comércio de *commodities* característico do agronegócio de exportação. Em uma mesma região ou país vários circuitos desses poderiam funcionar ao mesmo tempo, a depender dos produtos alimentícios, das relações entre populações rurais e urbanas, da penetração de grandes empresas e indústrias, das características econômicas mais relacionadas ao mercado externo ou interno, ou ainda de aspectos ecológicos e culturais que conformam a complexidade dos circuitos alimentares em diferentes sociedades e agroecossistemas.

Passados aproximadamente meio século desde a crise mundial de alimentos do início da década de 1970 e ao menos 70 anos de forte e ininterrupto estímulo ao modelo de agricultura industrial impulsionado através da “revolução verde”, o sistema agroalimentar hegemônico, também chamado de agronegócio em alguns países, ainda que tenha aumentado a produção de alimentos, possui falhas estruturais, é ineficiente e contraditório. Ainda que tenha aumentado a oferta de alimentos, é evidente que o agronegócio não tem contribuído para resolver o falso problema malthusiano da fome no mundo, ainda que a retórica da produtividade e da oferta de alimentos para reduzir a fome seja a narrativa predominante adotada pelo setor. Existem problemas na distribuição o que afetam o acesso aos alimentos, que também muitas das vezes estão contaminados por agrotóxicos ou antibióticos, ou quando altamente processados são pobres em termos nutricionais e ricos em calorias. Em ambos os casos são prejudiciais à saúde da população, com um conjunto relevante de impactos e efeitos adver-

sos para a saúde, desde a intoxicação aguda de trabalhadores e comunidades rurais afetadas pela pulverização de agrotóxicos, até problemas crônicos como obesidade e diabetes, diversos tipos de câncer e mesmo doenças como Parkinson e autismo (IPES-Food, 2016; Preiss, Schneider, 2020).

O avanço da agricultura industrial está relacionado a graves impactos ambientais. Aumentou o desmatamento e contaminação ambiental, provoca assoreamento de rios, desertificação, e mesmo problemas respiratórios e mortes evitáveis em animais e humanos devido às queimadas. Tudo isso vem resultando na crescente degradação de ecossistemas, redução da biodiversidade e escassez e/ou poluição do ciclo das águas, além de outros ciclos como os do carbono, fósforo e nitrogênio, dos quais paradoxalmente a agricultura é dependente.

A expansão do agronegócio vem levando à perda de vitalidade dos agroecossistemas e competindo com agricultura sustentável praticada por povos e comunidades tradicionais, bem como camponesas. Reforça-se o ciclo vicioso dependente de insumos externos como os agroquímicos para enfrentar a crescente infertilidade dos solos, perda de produtividade, escassez hídrica, além de variações de temperatura e os cada vez mais frequentes eventos climáticos extremos que impactam mais agriculturas menos resilientes, como aquelas baseadas em monocultivos (IPES-Food, 2016; Preiss, Schneider, 2020).

A expansão da agricultura industrial também gera outros problemas sociais, como as disparidades e concentração fundiária e de renda, o êxodo rural, a desterritorialização de povos e comunidades tradicionais e camponesas, a erosão cultural, e a consequente expansão das desigualdades socioespaciais no campo e nas cidades. Por sua vez, contribui para a perpetuação da pobreza, agrava problemas nas grandes cidades e força parcela expressiva da população mundial a viver em situações de vulnerabilidade.

Após quatro décadas de globalização neoliberal o modelo hegemônico do sistema alimen-

tar contribuiu decisivamente com três pandemias que atingem a humanidade: de obesidade, de fome e de mudanças climáticas. Por interagirem umas com as outras, compartilham de determinantes e exercerem uma influência mútua em sua carga para a sociedade foram consideradas recentemente uma Sindemia Global (Swinburn et al, 2019).

Exemplos dessa interação complexa são revelados através de cálculos dos custos das externalidades negativas do sistema alimentar dominante para a sociedade. Estima-se que se os hábitos atuais de consumo de alimentos continuarem, os custos de saúde relacionados à dieta (mortalidade e doenças não transmissíveis) deverão superar 1,3 trilhão de dólares por ano até 2030 e os custos sociais relacionados às mudanças climáticas decorrentes das emissões de gases do efeito estufa excederão 1,7 trilhão de dólares por ano até 2030 (FAO, 2020).

O sistema alimentar dominante está estruturado de forma que a riqueza gerada se acumule em um número restrito de atores sociais, concentrando ainda mais renda e poder, e consequentemente a capacidade desses atores de influenciar a governança e os rumos de sistemas alimentares. Há uma profunda e complexa sinergia entre o capital financeiro e os setores econômicos que constituem o agronegócio, o que contribui para a financeirização e mercantilização da vida e da natureza. Por outro lado, as maiores cargas negativas desse modelo impactam justamente os grupos populacionais mais vulneráveis (IPES-Food, 2016).

Estudos relevantes, encontros internacionais e relatórios que agregam um conjunto de evidências científicas ajudam a delinear o entendimento da perigosa situação que os sistemas alimentares se encontram e os efeitos negativos desse modelo. Ganha força a necessidade de uma mudança transformadora rápida para sistemas alimentares sustentáveis que promovam saúde e justiça social, garantindo maior resiliência ecológica ao planeta, permitindo dessa forma equacionar de forma convergente questões am-

bientais, sociais e sanitárias que geram desigualdade, desnutrição e pobreza.

Os desafios atuais são enormes. Acrescenta-se ao cenário apresentado acima a tendência de urbanização crescente da população mundial, que deve aumentar em 2 bilhões de habitantes até 2050. Como avançar na transição de um sistema alimentar que possibilite garantir segurança alimentar e nutricional para todos, com sustentabilidade ambiental e justiça social? Certamente são várias as medidas a serem tomadas, desde a regulação mais rigorosa no comércio de ultraprocessados ou de insumos perigosos como agrotóxicos, que absurdamente no Brasil são subsidiados. Para avançar na transição, é necessário garantir a efetiva participação da sociedade mais impactada na formulação de políticas públicas, incluindo aquelas de combate a pobreza. Mas, sobretudo, faz-se necessário repensarmos radicalmente o modo como comemos, vivemos, consumimos, nos movemos e nos relacionamos com a natureza (Swinburn et al, 2019).

A agroecologia tem ganhado reconhecimento global, a partir de um conjunto significativo de evidências científicas e empíricas, pelas contribuições para tornar efetivo o direito humano a alimentação adequada em suas cinco dimensões: disponibilidade, acessibilidade, adequação, sustentabilidade e participação (De Schutter, 2012). A realização do Simpósio Internacional Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional, organizado pela FAO, em 2014, representa um marco importante nesse sentido.

A agroecologia pode ser compreendida como uma forma de redesenhar sistemas alimentares, desde o estudo e manejo de agroecossistemas rurais ou urbanos até a mesa dos consumidores, com o objetivo de alcançar sustentabilidade com preservação ambiental, viabilidade econômica e justiça social. Por meio de pesquisas e ações transdisciplinares, participativas e orientadas para a mudança, a agroecologia une ciência, práticas agrícolas e movimento político focados na transformação social (Gliessman, 2014; 2016). Reconhece-se que a transformação

virá através da articulação de saberes científicos, populares, tradicionais e comunitários com sinergias baseadas na diversidade sociobiocultural. Por isso, agroecologia combina com democracia, respeito à diversidade e convívio com a natureza, e se articula com processos emancipatórios em curso relacionados a inúmeros direitos humanos e territoriais envolvendo lutas dos povos tradicionais, da reforma agrária, do feminismo, defesa do meio ambiente e por alimentos saudáveis, dentre outras. Já o modelo do agronegócio exportador articulado ao capital financeiro confronta cada vez mais a democracia, a diversidade, os direitos fundamentais e a sustentabilidade ambiental.

Gliessman defende que para conseguirmos tão ambiciosa transformação devemos transformar todos os componentes do sistema alimentar, desde o cuidado com as sementes e o manejo dos solos até os alimentos que chegam à mesa do consumidor. *“Quem cultiva alimentos, quem os consome e quem os levam de uns para outros devem estar conectados num movimento social que respeite a profunda relação entre cultura e meio ambiente que deu origem à agricultura”* (2014, p. 1, tradução livre dos autores). E propõe uma estratégia de transição para sistemas alimentares agroecológicos em cinco níveis. Os três primeiros focam na transição agroecológica nas unidades produtivas inseridos nos agroecossistemas e buscam: construir eficiência no uso dos recursos disponíveis (*nível 1*); a substituição de insumos externos incorporando práticas de manejo agroecológico baseado em recursos locais (*nível 2*); e, redesenhar o agroecossistema para que funcione como um conjunto de processos ecológicos que se retroalimentam de forma sustentável, com a incorporação de diversidade de cultivos (*nível 3*).

O *nível 4* diz respeito a conexão mais direta entre produtores e consumidores de alimentos, na perspectiva de encurtar a cadeia alimentar. Ao mesmo que garante alimento saudável e sustentável para o consumidor, viabiliza a transição agroecológica para aqueles que estão entre os níveis 1 a 3. *“A comida, mais uma vez, deve ser baseada em relacionamentos diretos”*. Aqui o tema

saúde assume grande importância, pois a redução ou eliminação de insumos perigosos como os agrotóxicos une lutas no campo e nas cidades na defesa pela saúde, pelo meio ambiente equilibrado e contra o excessivo poder das corporações do agronegócio que cada vez mais retiram o caráter público e democrático do Estado Democrático de Direito. Esse processo gera consciência, de práticas mais sustentáveis a nível local, entre produtores e consumidores, que podem formar comunidades de produtores e de consumidores, redes, que existem em todo o mundo, exercitando estratégias de construção social de mercados socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Estes têm sido experimentados em inúmeras redes agroecológicas e se somando a movimentos mais amplos como aqueles por soberania alimentar e justiça ambiental.

Por fim, o *nível 5* atua sobre com a base criada pelos agroecossistemas sustentáveis (*nível 3*) e as novas relações de sustentabilidade (*nível 4*) para a construção de um novo sistema alimentar global, desde os sistemas locais e regionais, múltiplos e diversos, *“baseado na equidade, participação, democracia e justiça”*, que contribui para restaurar e proteger os sistemas de suporte de vida na Terra. Este último nível aponta para uma utopia em que a alimentação assume papel especial na articulação de vários processos de natureza emancipatória em andamento. Atua de baixo para cima e de cima para baixo, no sentido de que o campo agroecológico vai formulando desde os aprendizados vividos um conjunto de estratégias territoriais que possam viabilizar avanços em nível local, superando entraves. Mas sobretudo, atuar no nível 5 possibilita repensar por completo de como nos relacionamos uns com os outros em diferentes escalas espaciais e temporais, inclusive com o conjunto dos seres vivos e com o planeta terra de onde nos alimentamos (Gliessman, 2014; 2016). Abre-se a possibilidade de expansão da consciência desde o pensamento e a ação trazendo a mudança de paradigma de como sistemas agroecológicos diversificados podem contribuir para uma transição civilizatória,

não sem conflito com formas antagônicas de pensar e construir sistemas alimentares, questões sobre as quais desenvolvem-se abordagens da agroecologia política e da construção social de mercados que contribuem de forma estratégica para pensar os desafios da realocação dos sistemas alimentares.

Como sistematizou há mais de 30 anos Chonchol (1989), vários sistemas alimentares podem ocorrer dentro de um mesmo território, seja local, regional ou nacional. Ainda que exista um sistema alimentar hegemônico, construído desde meados do século passado, de grande concentração de poder e controlado por poucos atores sociais, inúmeras experiências agroecológicas podem frutificar e se disseminar articuladas em redes, cujo desenho e funcionamento expressam *“práticas, antigas, novas ou renovadas, sinalizadoras de um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher e consumir o alimento”* (Schmitt, 2011, p. 4).

A percepção do sistema agroalimentar como um campo de relações contraditório, no qual coexistem diferentes tendências, é um pressuposto importante para a compreensão dos processos emergentes de localização e recontextualização da produção, do processamento e do consumo de alimentos, cujos desafios e potencialidades precisamos identificar. (Idem, p. 5)

São desenhos que, a partir do alimento, apontam para novas utopias e dinâmicas entre o micro e o macro reveladas de forma premonitória por Felix Guattari em seu livro *“As Três Ecologias”* publicado em 1989. Guattari nos propõe reinventar nossas maneiras de ser e viver no cotidiano, nas instituições e na política, um retorno aos territórios existenciais que fornecem sentido e dignidade à humanidade para enfrentarmos um mundo maquinal que caminhava para o aniquilamento socioecológico.

O Brasil é uma referência mundial de avanços do campo agroecológico, justamente pela força das articulações construídas entre ciência, um amplo conjunto de práticas sociais e diversos movimentos políticos. São mais de quatro décadas de construção do movimento agroecológico brasileiro, que está organizado em diversas e distintas redes, em diferentes escalas territoriais ou temáticas, em uma trama complexa de sujeitos e sujeitas políticos.

A experiência brasileira de construção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional articuladas ao fortalecimento da agroecologia – desde a estruturação do Fome Zero, passando pelo Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica ainda que em contexto de conciliação de classes, onde o agronegócio nunca teve sua hegemonia ameaçada – tem reconhecimento internacional pelo conjunto de inovações que foram conquistadas e protagonizadas pela sociedade civil organizada.

Vivemos tempos de inúmeros retrocessos em políticas institucionais, desde a ruptura democrática com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a descontinuidade do conjunto de políticas públicas de redução da pobreza, de proteção social e que contribuíam com iniciativas de fortalecimento de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, que agora estão sendo asfixiadas ou esvaziadas por completo. Os retrocessos tem como marcos-símbolo a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e os movimentos do Ministério da Agricultura (que expressam os interesses do sistema alimentar dominante) de tentar se apropriar do debate da alimentação, e a reorganização do

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que hoje é presidido por um Ministro do Meio Ambiente que é contra o meio ambiente. A quem interessa a extinção do Consea e o esvaziamento do Conama?

O cenário é extremamente desafiador e desfavorável quando pensamos em nível nacional ou global. Porém resistir em momentos de retrocesso significa, em boa medida, fortalecer a memória das experiências construídas e mantê-las vivas em nosso imaginário e possibilidades, à espera de futuros contextos favoráveis. Apesar dos retrocessos, continuam vivas milhares de experiências agroecológicas construídas nos últimos 30-40 anos nos campos e cidades, nos assentamentos da reforma agrária, nas feiras agroecológica, nas lutas contra os agrotóxicos e o agronegócio. Nos concentremos nesse momento, então, no nível local, nos territórios, municípios e estados da federação onde o vento sopra a favor, onde a vida acontece e as experiências, ainda que com dificuldades maiores, continuam pulsando. No plano internacional, elas reafirmam o compromisso com metas que foram pactuadas nos ODS e que continuam avançando.

Durante a pandemia de Covid-19, que tem fortes relações de causa e consequências com os sistemas alimentares insustentáveis envolvendo a criação de animais, milhares de experiências de redes solidárias agroecológicas vem atuando para manter suas comunidades organizadas e, em várias ações solidárias, fazer chegar alimentos saudáveis e sustentáveis em quem vive em condições de maior vulnerabilidade. Expressão da resiliência da agroecologia, que se manifesta enquanto inédito-viável em termos freirianos. São justamente aí que estão sendo plantadas as sementes da construção dos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis do futuro.

Referências Bibliográficas

AGENDA 2030. Plataforma Agenda 2030: Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>

CASTRO, A.M. A Trajetória do Combate à Fome no Brasil. In: ARANHAA, et al (org). Fome Zero: uma história brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vol 1, 2010. pp. 18-25.

CHONCHOL, J. O Desafio Alimentar: a fome no mundo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DE SCHUTTER, O. A Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Tradução do relatório de Olivier De Schutter, relator da ONU para o direito humano a alimentação. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: MDS, 2012.

FRANCIS, C; ET AL. Agroecology: The Ecology of Food Systems. Journal of Sustainable Agriculture. v.22, n. 3, 2003. 99-118 pp.

IPES-Food. Da uniformidade à diversidade. Uma mudança de paradigma da agricultura industrial para sistemas agroecológicos diversificados. Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis. 2016. In: Caderno de Estudos em Saúde e Agroecologia. Rio de Janeiro: Fiocruz, ANA e ABA-Agroecologia, 2019. 50-140 pp.

GLIESSMAN, S.R. La agroecología - Un movimiento global para la seguridad y la soberanía alimentaria. In: Agroecología para la Seguridad Alimentaria y Nutricional. Actas del Simposio Internacional de la FAO. Roma, Itália: FAO, 2014.

GLIESSMAN, S. Transforming food systems with agroecology. Agroecology and Sustainable Food Systems. 2016, v.40, n. 3, 187-189. DOI: 10.1080/21683565.2015.1130765

PREISS, P.V; SCHNEIDER, S. Sistemas Alimentares no Século XXI: uma introdução ao debate. In: Sistemas alimentares no século XXI: Debates Contemporâneos. Porto Alegre: UFRGS, 2020. 11-20 pp.

SWINBURN, B.A; ET AL. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: *The Lancet* Commission report. The Lancet. 2019, v. 393, pp 791-846.

WEZEL, A; ET AL. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agronomy for Sustainable Development. v. 29, n. 4, 2009. 503-515 pp.



MELHOR FORMA

O que acontece? Vivo, respiro Rap, Rap a gente canta
Primeira música – Uai... Já ta doendo a garganta?
Por favor, o microfone ta baixo, aumenta o retorno
To rouco! Desço do palco e logo escuto: Markão você ta muito gordo

Sua camisa ta puro suor, parece que tomou “banhe”
Não, não, vou lhe falar o melhor, uma fã jogou champagne
Nossa que louco você conhecia a mina
Nada, estava indignada, pois havia pedido era pinga

Já previa, na rotina artística surpreendente
O talento não importa, na hora escuto, oh o MC Fat Family
Eis o MC Amedrontado num palco de madeirite
Joga a mão pra cima e diga How Willy

Verdadeira saga encontrar uma roupa GG
Minúscula, mas digo a vendedora, acho que vai caber
Entro no provador, do pescoço seque passou
Mas não me entrego! Moça não vou levar, não gostei da cor

Em meio a insistência, compro e saí sorrindo
Levo a costureira e digo, e cada lado aumenta 10 cm.
E o povo pergunta: Modelo novo? Que luxo
Lógico, excesso de gostosura, estilo único

Caminho com a camiseta, sob uma social aberta
Não por moda, mas é que o botão não fecha
Corpo de atleta, disputa acirrada dependente do menu
Levantamento de talheres, competidor número um

E ae Markão, vamos jogar futebol parceiro
Atacante? Você escolhe goleiro ou zagueiro
Torneio na escola... Vários gritando
Mal entrava no jogo e já ouvia: Juiz tem duas bolas em campo

Em meio a ironia quantas vezes eu choro
Olho minha família, minha vida, cá estou obeso mórbido
Excluído num canto, o olhar, o julgamento, a roleta do ônibus
Fora do padrão, da sociedade plácida, sem neurônio

Pra sociedade falta-me apenas vontade pra redução do peso
O que dói não é a doença da obesidade, mas o preconceito
Covarde, com bullying, que machuca por dentro
Prefiro meu peso, meu jeito, ao ser anencéfalo sem sentimento

Quais investimentos em políticas de segurança alimentar
Da 1ª a 8ª série só fritura, gordura, açúcar e o controle remoto pra trocar
De canal durante a propaganda da guloseima divertida
Brinde, embalagem colorida, tazomania, 1ª infância – milicalorias

Pra onde ir agora?
Senhores, senhoras
Grato pela atenção!
Markão: Em sua melhor forma.

